



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

LÚCIA HELENA DA COSTA RODRIGUES

**RELEVÂNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO
ASSISTIDA PELA CRECHE EM GOIANÉSIA-GO: CMEI –
Centro Municipal de Educação Infantil Luciléia Costa**

Brasília – DF

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

RODRIGUES, Lúcia Helena da Costa.

Relevância dos serviços prestados à população assistida pela creche em Goianésia – GO: CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Luciléia Costa / Lúcia Helena da Costa. Goianésia: Universidade de Brasília. Orientadora: Professora Msc. Sorniza Correa Marques. 2019, 64p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Goianésia: GO, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia

1. Educação Infantil. 2. Criança. 3. Comunidade.

LÚCIA HELENA DA COSTA RODRIGUES

**RELEVÂNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO ASSISTIDA PELA
CRECHE EM GOIANÉSIA – GO: CMEI –Centro Municipal de Educação Infantil
Luciléia Costa**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professora orientadora: MSc.Sorniza Correa Marques.

Brasília – DF

2019

LÚCIA HELENA DA COSTA RODRIGUES

**RELEVÂNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO ASSISTIDA PELA
CRECHE EM GOIANÉSIA – GO: CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
Luciléia Costa**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Lúcia Helena da Costa Rodrigues

MSc. Sonirza Correa Marques
Professor-Orientador

Msc. Átila Rabelo Tavares da Câmara
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019.

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus em primeiro lugar, por nossa vida, nossa família e todas as bênçãos que recebemos a cada dia.

De forma carinhosa, dedico também a meu esposo, Paulo Antônio, minhas filhas Marília e Nayara, meu neto Aldo Neto que, no cotidiano, são os alicerces para todo o meu caminhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que permitiu mais essa oportunidade, e por todas as oportunidades que recebi ao longo de minha vida: pessoal, familiar e profissional.

A Universidade de Brasília, por ofertar cursos à distância, possibilitando assim, a concretização de nossos anseios.

Ao Professor Átila, nosso tutor orientador no decorrer do curso e, a minha orientadora, Professora SonirzaCorrea Marques pelo apoio e ensinamentos no acompanhamento desse trabalho.

Aos meus colegas de curso, que fizeram parte dessa caminhada.

MUITO OBRIGADA.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo, analisar a importância da creche para a família e para o município, e as razões da crescente necessidade de novas vagas para atender a atual demanda: do cuidar e educar de forma integrada. Partindo dos seguintes questionamentos: Por que existe essa grande rotatividade de profissionais na creche? Qual a relevância dada à Educação Infantil, modalidade creche, pelo Governo Municipal? Qual a avaliação acerca da relevância dos serviços prestados pela creche/CMEI para a população assistida em Goianésia – Go? Para seu desenvolvimento foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica e de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas com pais de alunos do CMEI, modalidade creche, com a gestora da instituição escolar e com a secretária da educação do município de Goianésia. Diante do estudo realizado foi possível concluir que a creche tem grande relevância para a sociedade, pois a mesma tem consciência do trabalho desenvolvido nestas instituições. Quanto a rotatividade dos profissionais se deve ao fato de não serem efetivos e para a outra pergunta, falta investimentos para a educação infantil, especialmente para a creche e para melhor atendê-la o município necessita de mais apoio da União.

Palavras-chave: Educação Infantil. Criança. Comunidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Valor do aluguel pago.	30
Gráfico 2 – Quantidade de filhos por família.	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formação das AEI	24
Tabela 2 – Formação das auxiliares de sala	24
Tabela 3 – Idade do(s) filho(s) matriculado(s) no CMEI	28
Tabela 4 – Renda mensal da família.....	28
Tabela 5 – Na família, quem trabalha fora	29
Tabela 6 – Como é a residência familiar	29
Tabela 7 – Com quem a criança mora	30
Tabela 8 – Outras pessoas que vivem na mesma casa.....	31
Tabela 9 – Bolsa Família ou outro benefício.....	32
Tabela 10 – Motivo pelo qual colocou o filho(a) na creche	32
Tabela 11 – Participação nas atividades desenvolvidas no CMEI	33
Tabela 12 – O que é mais positivo no CMEI	34
Tabela 13 – Críticas e sugestões.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

MEC – Ministério da Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ECA – Estatuto da criança e do Adolescente

DCN-EI – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara de Educação Básica

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

MDE – Ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

SEPRE – Serviço de Educação Pré-Escolar

LBA – Legião Brasileira de Assistência

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Contextualização	1
1.2	Formulação do problema	2
1.3	Objetivo Geral	3
1.4	Objetivos Específicos	3
1.5	Justificativa.....	3
2	REVISÃO TEÓRICA	5
2.1	Histórico da creche no Brasil.....	5
2.2	Legislação e regulamentação das creches	10
2.3	Importância da creche e de profissionais qualificados	15
2.4	Gestão democrática na creche	19
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	22
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	22
3.2	Caracterização da organização, setor ou área <i>lócus</i> do estudo	23
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa.....	25
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	26
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
4.1	Resultado da entrevista com os pais	27
4.2	Resultado da entrevista com a gestora do CMEI.....	35
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	42
	REFERÊNCIA	44
	APÊNDICES	48
	Apêndice A –Roteiro de Entrevista com os pais	48
	Apêndice B – Roteiro de entrevista com a gestora do CMEI.....	49
	ANEXOS.....	52
	Anexo A – Fotos das atividades desenvolvidas no CMEI.....	52

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Ao longo dos anos, muito se tem discutido a respeito da necessidade da Educação Infantil na modalidade creche, para as famílias e a comunidade escolar, principalmente acerca da necessidade das crianças de 0 a 3 anos de idade acessarem atividades pedagógicas.

A implantação das creches se deu por assistencialismo, com o crescimento urbano e o ingresso da mulher ao mercado de trabalho, passou então a gerar uma pressão popular para atender a uma demanda emergencial, em que as crianças necessitavam de um lugar adequado e seguro para passar o dia, fazendo com que governantes oferecessem então o espaço chamado creche para que as crianças fossem cuidadas enquanto as mães trabalhassem (AGUIAR, 2001).

Com o passar do tempo este espaço passou do simples assistencialismo para um espaço educativo, ou seja, esta instituição deixa de fazer parte da Assistência Social e passa a fazer parte da Educação.

O trabalho desenvolvido nas creches é bastante abrangente, pois se atenta ao cuidar, socializar e educar, levando assim a necessidade de grandes investimentos, desde o espaço físico para atender as necessidades da faixa etária, materiais pedagógicos e móveis adequados, até materiais de higiene e alimentação que atenda às necessidades das crianças assistidas, além de investimentos em profissionais qualificados para tal atendimento.

Trata-se de direito garantido a todas as crianças conforme CF – Constituição Federal de 1988, deixando claro que o princípio desse atendimento era voltado àquelas crianças cujas mães estavam no mercado de trabalho e passou a ser um espaço para atender todas as crianças que tenham a faixa etária entre 0 e 3 anos de idade. Assim, o número de creches e vagas ofertadas se torna insuficiente para atender a todas as crianças.

Ou seja, é com a CF de 1988 que a creche passa a ser direito de todos como é especificado em seu Artigo 208 em que versa: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;” (BRASIL, 1988).

Atualmente tem se investido na construção de CMEI's – Centro Municipal de Educação Infantil, como é denominado no município de Goianésia – Go, onde são assistidas crianças de 0 a 3 anos na modalidade creche e de 4 a 5 anos de idade na Educação Infantil, os chamados Jardim I e Jardim II, que antecipam o Ensino Fundamental Básico. Isso se deve ao fato de que o planejamento atual coloca o CMEI como referência de atendimento de 0 a 3 anos de idade, considerando a necessidade que a criança tenha uma continuidade em sua educação.

A creche no CMEI tem se consolidado como espaço onde a criança é atendida com o cuidar e o educar em um ambiente seguro e propício para seu desenvolvimento integral.

Refletindo sobre esse contexto, o tema do presente trabalho se baseia na relevância da oferta da modalidade creche dentro do CMEI para a sociedade, sendo que esta instituição atende também a modalidade educação infantil, o que faz com que sua caracterização seja de um centro de ensino e não apenas creche.

Assim, o presente trabalho pretende analisar o atendimento oferecido pela creche/CMEI, na cidade de Goianésia – GO, às crianças de 0 a 3 anos, considerando-se que tratado espaço público pedagógico, com profissionais com formação específica e principal oferta de vagas de acesso a este segmento da educação.

O tema foi definido como: Relevância dos serviços prestados à população assistida pela creche no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil – Luciléia Costa na cidade de Goianésia-Go.

1.2 Formulação do problema

O trabalho ofertado pelas creches vem substituindo o papel da babá, profissional responsável pela criança, cuja função era oferecer um cuidado personalizado e a permanência em casa, enquanto que na creche, na maioria dos casos a criança é cuidada por profissionais selecionados.

Porém, nessas instituições há uma grande rotatividade de funcionários e quando um desses falta por algum motivo, não há um profissional disponível para substituí-lo, o que torna um grande problema para o atendimento adequado durante esse período.

Assim, aponta se o primeiro problema: por que existe essa grande rotatividade de profissionais na creche? Seguido pelo segundo questionamento: Qual a relevância dada à Educação Infantil, modalidade creche, pelo Governo Municipal? Por fim: Qual a avaliação acerca da relevância dos serviços prestados pela creche/CMEI para a população assistida em Goianésia – Go?

1.3 Objetivo Geral

Analisar a importância da creche para a família e para o município, e as razões da crescente necessidade de novas vagas para atender a atual demanda: do cuidar e educar de forma integrada, deixando de ser apenas uma instituição responsável por ações de cuidados básicos de higiene, alimentação e segurança, passando então a assumir uma função no processo de desenvolvimento e aprendizado da criança.

1.4 Objetivos Específicos

- Descrever como a Legislação e outros documentos legalizam a questão da creche.
- Diagnosticar as reais condições do CMEI para o atendimento das crianças na modalidade creche, verificando se as instalações são adequadas e se os profissionais são capacitados.
- Analisar a satisfação de pais com o atendimento oferecido pelo CMEI na modalidade creche.
- Verificar os principais desafios para a gestão do CMEI em relação à modalidade creche.

1.5 Justificativa

O interesse em desenvolver essa temática a respeito da Educação Infantil creche/CMEI, surge na busca de entendimento e maior clareza quanto ao funcionamento dessas instituições.

Sempre atuei no meio educativo, na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com isso não tinha noção do que é creche ou um CMEI, de sua necessidade social ou mesmo de sua importância no processo ensino-aprendizagem dos alunos de 0 a 3 anos de idade, até que tive a oportunidade de atuar como Secretária Municipal da Educação do Município de Goianésia – GO e tive a oportunidade, por um curto período de ter contato e ver o trabalho realizado com essa faixa etária, mas que requer uma maior compreensão do seu funcionamento e desafios.

Percebe-se que no mundo contemporâneo a necessidade de creches/CMEI vai além das demandas anteriores que se justificavam apenas por questões financeiras, no mundo atual na creche escolar, a família espera encontrar cuidados com higiene, alimentação, atendimento educacional e segurança para as crianças enquanto estão ausentes, como relata Abreu (2004, p. 3)

A educação infantil cresce de forma acelerada no mundo inteiro em função de:

- a necessidade da família de uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos;
- os argumentos advindos das ciências que investigam o processo de desenvolvimento humano que indicam a primeira infância como período crítico desse processo;
- a compreensão de que o ser humano tem direito ao cuidado e à educação desde o nascimento, sendo a educação elemento constitutivo da pessoa;
- o direito dos trabalhadores, pais ou responsáveis, à educação de seus filhos e dependentes de zero a seis anos, segundo a Constituição Federal.

O que evidencia que as razões pela busca de uma vaga na creche vão além da necessidade econômica e social, ou seja, a necessidade da mulher trabalhar e o nível social da população, passando a ser vista como uma necessidade e direito para o desenvolvimento da criança desde a mais tenra idade, necessitando de profissionais que atendam a essas necessidades no ambiente da creche, ou seja, o educar e cuidar ao mesmo tempo.

Observando o serviço ofertado na creche, o presente estudo é importante para compreender o cotidiano da creche e sua interface com a Secretária Municipal de Educação bem como com o gestor do município para o pleno e adequado funcionamento dessas instituições, uma vez que a procura por vagas se torna maior a cada dia, além de compreender qual é a posição das famílias em relação à necessidade e relevância da creche para a mesma.

Com isso, pode se apresentar uma visão geral de como se encontram as creches e assim apontar para os órgãos competentes ou interessados a atual realidade, de modo que estes possam continuar este trabalho e desenvolver ações para atender as possíveis necessidades dessas instituições.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Histórico da creche no Brasil

A creche na atualidade é uma instituição muito procurada pelas famílias para que possam ter a certeza de que seus filhos ainda pequenos estejam sendo cuidados, educados e seguros enquanto os pais estejam ausentes. É sabido pelo artigo 228 da CF que o direito de frequentar a creche é de todas as crianças, mas nem sempre o número de instituições é o suficiente para atender a todos, gerando assim um descompasso entre o direito e a realidade. Porém, conhecer o processo histórico, a regulamentação e a realidade de uma instituição voltada para esse atendimento é primordial para compreender a importância da creche bem como seus desafios.

De acordo com Aguiar (2001, p. 31) a palavra creche tem origem francesa e significa “manjedoura e foi utilizada para designar a primeira instituição criada a mais de duzentos anos, pelo Padre Oberlin na França, para guardar e abrigar crianças pequenas consideradas necessitadas pela sociedade da época”, ou seja, a creche foi criada especificamente para cuidar das crianças que tinham a privação das suas necessidades básicas como alimentação, higiene e saúde o que demonstra em sua origem o caráter assistencialista.

De acordo com Rasckel (2005, p. 70) no Brasil elas foram criadas em virtude de um movimento higienista e assistencialista

No contexto sociopolítico de sua criação estão presentes os discursos de que a creche seria uma solução para diminuir os altos índices de mortalidade infantil, para acabar com a roda dos expostos e para suprir a necessidade de atender os filhos das mulheres que ingressavam no mercado de trabalho. No Brasil, a creche atendia as crianças de 0 a 2 anos e as salas de asilo aos de 2 a 7 anos, idade em as crianças ingressavam na escola primária.

No Brasil, segundo Aguiar (2001) o marco histórico para a institucionalização das creches foi o ano de 1899, quando foi fundado o Instituto da Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, seguida no mesmo ano pela inauguração da creche da Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado, que foi a primeira creche brasileira para filhos de operários.

Portanto a história da creche no Brasil é bastante antiga, porém sua regulamentação e reconhecimento só aconteceram bem mais tarde em consequência de movimentos e luta por

espaços adequados e com atendimento melhorado para as crianças que necessitavam permanecer longe das mães enquanto elas trabalhavam.

Durante muito tempo, a creche serviu à função de combate à pobreza e à mortalidade infantil. Como destaca Oliveira, Andrade e Andrade (2008, p. 2) “as primeiras experiências de atendimento institucional à infância, no início do século XX, foram de cunho, reconhecidamente, assistencial e custodial, estando voltadas ao amparo de crianças e famílias empobrecidas”. Ou seja, eram instituições em que prestavam assistências a estas crianças para evitar um número maior de mortes nesta faixa etária.

A creche, portanto, era definida como uma instituição assistencialista voltada ao cuidado das crianças de mães que trabalhavam fora de casa. A necessidade de creche se deu em tempos de mudanças sociais e políticas, em que as mulheres passaram a trabalhar para sustentar a família. Segundo Duarte (2012, p. 3)

O atendimento às crianças de 0 a 5 anos em instituições especializadas remonta sua gênese com as transformações de ordens sociais e econômicas, que de fato provocaram mudanças nas relações de trabalho em função do modo de produção capitalista, ocasionando, por exemplo, o abandono da mulher dos afazeres domésticos e cuidado/criação dos filhos pela necessidade de sobrevivência familiar. Também havia pressão social dos trabalhadores urbanos que perceberam na creche um direito viabilizador de melhores condições de vida.

O que de fato ainda ocorre até hoje, as mulheres precisam, cada vez mais estarem inseridas no mercado de trabalho ora para complementar o orçamento familiar, ora para sustentar a família e a grande maioria, devido às mulheres no geral atuarem fora do lar, não tem com quem deixar as crianças, recorrendo assim cada vez mais às creches para que a segurança, o cuidado e a educação delas sejam garantidas.

Ainda sobre o período de mudanças sociais e políticas Rasckel (2005) destacam que após o período militar no país, ocorreram muitos movimentos organizados que buscavam reivindicações por terra, anistia, direitos humanos, redemocratização da sociedade, escolas e creches, ou seja, na transição entre o regime militar e civil, contribuiu amplamente para a participação da sociedade nas reivindicações necessárias para a vida em sociedade, incluindo a regulação da educação pública. Esse contexto político de redemocratização fez com que os professores criassem identidade própria e lutasse pela redemocratização da escola pública, inclusive apontando a necessidade de democratização da gestão escolar.

Como descreve Rasckel (2005, p. 81) sob a influência dos variados movimentos sociais, após a década de 80, as mudanças na legislação

Referentes à educação pública vai propiciando o surgimento de outra concepção de criança, infância e instituição de educação infantil. A redefinição conceitual de criança e infância evidencia-se em programas pautados no paradigma dos direitos, que substitui o paradigma assistencial/repressor até então vigente na legislação e nos atendimentos.

Ou seja, a mudança na percepção sobre a educação no geral e de criança em específico começam a passar por mudanças a partir da década de 80 com a culminação da nova Constituição de 1988, quando a sociedade passa a ter direitos garantidos pela lei.

Com isso, a creche deixou de ser um espaço de atendimento somente da criança necessitada, passa a ser direito de todas independentemente de sua classe social, o que gerou e gera uma grande demanda para poucas instituições – porque não houve investimentos, ou seja, a legislação não foi respeitada – para este atendimento, uma vez que mesmo a família tendo condições para manter os filhos fora da creche prefere que estes a frequente por considerarem importante a socialização e o apoio pedagógico desde a tenra idade.

Neste sentido Nascimento (2015) relata que essa busca pela creche é presente na realidade do país desde a década de 70 quando houve o Movimento de Luta por Creches, marcando o crescimento das reivindicações por esta instituição em todo o país, sinalizando que a creche é uma necessidade da sociedade e que o Estado é o responsável pela criação e manutenção desses espaços, assim em 1974 foi criado o SEPRE – Serviço de Educação Pré-Escolar pelo MEC – Ministério da Educação e em 1977 foi implantado o Projeto Casulo pela LBA – Lei Brasileira de Assistência. Começa aí um novo olhar sobre a necessidade da creche pela sociedade e conseqüentemente a necessidade de um atendimento que não fosse apenas assistencialista voltado para a educação e desenvolvimento da criança.

A CF de 1988 representa o marco legal de ressignificação dessas instituições na medida em que foi a primeira constituição brasileira a tratar de creches e pré-escolas, assegurando em seus artigos referentes à educação a garantia do atendimento em creche e pré-escola como um direito de todos, dever do Estado e opção da família e enfatiza esta conquista em seu Artigo 208 em que versa: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;” (BRASIL, 1988).

Como relata Mamede (2001) não se pode deixar de reconhecer os grandes avanços no campo da legislação, fruto de intensa mobilização popular, com a promulgação da Constituição de 1988, do ECA – Estatuto da Criança e do adolescente, em 1990 e da nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Contudo, passados tantos anos, os avanços legais não se concretizaram no dia a dia das crianças e suas famílias, sendo que o atendimento das crianças de 0 a 3 anos na creche, ainda atinge um pequeno número delas, é um direito de todas as crianças, mas infelizmente o número de creches é insuficiente para atender a todas elas.

Ainda se tratando do atendimento das crianças nessa faixa etária nas creches Mamede (2001) ainda continua em seu texto refletindo sobre a qualidade do serviço ofertado nas creches que é mais um problema acrescido a quantidade de vagas, já que nas creches como etapa da educação infantil, têm que integrar dentro da dimensão do educar o cuidar, sem hierarquizar as funções, assim o desafio se torna maior ainda maior: garantir a creche como educação, integrando educar e cuidar e disponibilizar esse atendimento a todas as famílias.

Percebe-se que a creche ao se tornar parte da educação infantil, trouxe junto com essa inovação vários problemas e estes se tornam muitas vezes difíceis de serem resolvidos, porque a população continua a crescer, os investimentos para essa etapa da educação são poucos como relatam Corrêa e Filho (2001, p. 63) o número de famílias que buscam atendimento na creche é crescente e o “movimento de expansão da oferta pública é de cima para baixo, ou seja, aumenta cada ano para crianças de 4 a 6 anos e reserva-se o aumento da oferta para as crianças de 0 a 3 anos, para quando houver recursos”.

Ou seja, a ampliação desse atendimento fica cada vez mais reduzido, pois ela não é prioridade nos investimentos governamentais. Enquanto que deveria haver políticas de investimentos nessa área mais efetivas, pois a creche tem valor social por ser o espaço onde as políticas públicas de atenção à infância podem ser aplicadas de forma eficiente e eficaz, é o espaço de encontro entre o público e o privado, devido a criança reunir interesses do governo, família, comunidade e nação é onde tem início as raízes da cidadania, forma autoestima, noção do eu, descoberta do outro, vivencia a cooperação, solidariedade e constrói valores básicos que influenciarão em seu comportamento por toda a vida, vivencia a socialização e a vida em grupo enfrentando o desafio do novo e inusitado (DIDONET, 2001). Investir em maior número de atendimento nas creches é trabalhar pela cidadania e colocar em prática os direitos da criança e da família.

Diante os desafios apresentados Mamede (2001) ainda apontam que há o de aproximar a teoria dos saberes e fazeres da creche, pois para concretizar a função educativa da creche é preciso que os profissionais que trabalha nessa instituição elabore uma proposta pedagógica que trabalhe o cuidar e o educar próprios da faixa etária, lembrando que todos os profissionais ali presentes estão educando e garantindo saúde e bem-estar, garantindo condições de crescimento, aprendizagem e desenvolvimento.

Corrêa e Filho (2001, p. 66) corroboram afirmando que as “atividades em geral numa creche visam criar condições para que a própria criança e seus cuidadores descubram que ela é um ser-sujeito autônomo, interativo, flexível e capaz de agir sobre seu ambiente”. Demonstrando que a criança precisa ter liberdade para se expressar e agir, demonstrar suas emoções e seus conhecimentos e experimentar o novo, porque assim seu desenvolvimento será completo.

E Mamede (2001, p. 43) complementa afirmando que a creche constitui um espaço de educação

Quando pais e profissionais entendem que o processo de desenvolvimento de uma criança até os 3 anos envolve cuidados com a saúde, nutrição, higiene, além das aprendizagens que ela realiza nas interações com os adultos, com as outras crianças e os objetos presentes do meio físico e social. Quando esses profissionais e as famílias têm clara a diferença de seus papéis, vendo a creche como uma ação complementar, e não substituta à da família compreendem o significado e o valor do trabalho com as crianças e cooperam entre si.

Assim, compreende que a educação infantil em especial a creche é de grande relevância para a formação da criança, mas é uma etapa da educação que precisa de mais investimentos para atender ao direito a vaga, investimentos na qualificação dos profissionais e conseqüentemente na qualidade do atendimento ofertado. Não são desafios fáceis de alcançar resultados, mas é preciso haver políticas públicas mais concentradas nessa área, como foi apresentado e será mais aprofundado abaixo é uma etapa da educação que está relacionada com a formação da criança e precisa de maior atenção.

2.2 Legislação e regulamentação das creches

A Educação Infantil nos últimos anos tem se ampliado e como aponta Duarte (2012) isso tem acontecido com enfoques diversificados de várias áreas, como psicologia, políticas educacionais, antropologia, sociologia da infância e história da educação, olhar multidisciplinar que contempla a compreensão das expressões infantis, que são imprescindíveis para o processo de desenvolvimento das crianças.

A expansão da Educação Infantil no Brasil se deu a partir de 1970, como relata Duarte (2012, p. 1) tendo como principais fatores: “crescente urbanização, participação e inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, luta dos movimentos sociais, nivelamento de oportunidades para reafirmar a Teoria de Privação Cultural, entre outros”. Diante dessa necessidade a CF de 1988, abrangeu em seu texto as creches e pré-escola, sendo o primeiro passo para que essas instituições começassem a ser reconhecidas e regulamentadas, como um direito da sociedade e dever do Estado, sendo resultado da luta da sociedade que teve início na década de 70 como apontado anteriormente.

A CF de 1988 estabelece em seu Artigo 227 que é:

[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988).

Com isso, fica definida então a proposta de proteção integral à criança.

Ainda de acordo com a CF de 1988, as creches deixam de fazer parte do assistencialismo a que eram destinadas até então, passando a fazer parte da educação. É o que descreve o Art. 208 do referido textos:

Artigo 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) anos aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...]

IV – Educação infantil, em creches e pré-escolas, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

O que deixa claro a obrigação do Estado em oferecer essa etapa do ensino para todos aqueles que tiverem interesse em matricular os filhos nessa fase da educação, não sendo obrigatória sua matrícula, como ocorre com o ensino fundamental.

Assim Abreu (2004) corrobora descrevendo que a CF de 1988 inscreve como dever do Estado/Poder Público o atendimento em creches e pré-escola para as crianças de 0 a 6 anos, tornando a creche como instituição educativa. Isso faz com que a partir daí comecem a perceber que as crianças de 0 a 3 anos, que fazem parte da creche, têm necessidades de aprendizagem que precisam ser desenvolvidas e o espaço da creche deve atender a essa necessidade da faixa etária dessas crianças.

Outro documento de grande relevância para a regulamentação das creches foi o ECA que foi aprovado em 1990, nele encontra-se o conceito de criança como sendo a pessoa até os doze anos de idade incompletos, sendo reconhecida a sua infância em condições dignas de existência, como sujeitos de direitos. Sendo que em seu artigo 53 reforça o direito a uma educação integral pautada também no exercício da cidadania e preparo para o mercado de trabalho. Nele ainda é afirmado que "é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade" (ECA, artigo 54, inciso IV). Portanto, o ECA (Lei nº 8069/90) é um respaldo na efetivação dos direitos da criança definindo de forma clara, seus direitos e deveres, bem como deve ser respeitada como pessoa, o que engloba o seu atendimento na creche com qualidade e respeito.

Estes dois dispositivos, a CF de 1988 e o ECA de 1990, foram de grande relevância para a promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, que coloca a Educação Infantil como dever do Estado e afirma a educação como um direito social (DUARTE, 2012, p. 2).

Na LDB fica estabelecido que:

Art. 4. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio.

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 anos de idade; [...]

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II – educação superior. [...]

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (redação dada pela Lei n. 12796, de 2013).

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (LDB, 1996).

Observa-se que até a publicação da LDB em 1996 não havia diretrizes para a educação pré-escolar que de acordo com Abreu (2004, p. 4) era

referida apenas em dispositivo da Lei nº5.692/71 – Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, integrado ao capítulo do ensino de 1º grau (art. 19, § 2º), estabelecendo que os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. Assim, transferiu-se aos sistemas a incumbência de regulamentar a educação nessa faixa etária, o que resultou em significativa diversidade de normas educacionais. Em consequência, até 1996, a maioria dos sistemas estaduais de ensino normatizou a oferta educacional nas faixas etárias de dois a quatro anos, em maternas, e de quatro a seis anos, em jardins de infância, não regulamentando o atendimento de zero a dois anos, oferecido nas creches. As pré-escolas, que funcionavam em escolas públicas e privadas de 1º e /ou 2º grau, integravam os sistemas de ensino. Ao contrário, a pré-escola oferecida em instituições específicas e as creches públicas e privadas integravam os sistemas de saúde e/ou assistência social.

Ou seja, até a promulgação da LDB o atendimento realizado nas creches era desenvolvido pela saúde e a assistência social, deixando claro que o seu papel era apenas o cuidar, manter as crianças em um ambiente com condições adequadas de higiene, saúde e alimentação, sem que em momento algum houvesse a preocupação com o desenvolvimento integral dessa criança.

A partir de então, a Educação Infantil recebe a intencionalidade pedagógica, fazendo parte da educação infantil, o que lhe dá uma nova configuração, oferecendo uma dimensão pedagógica e política a esta etapa da educação, valorizando seus profissionais e melhorando as condições de trabalho, voltando-se para uma aprendizagem pedagógica, deixando para trás o seu caráter somente de assistencialismo. Claro que na creche o cuidar é primordial, mas as crianças atendidas nesse espaço, não mais são apenas deixadas ali por estarem seguras, mas é cuidada, segura e desenvolvem atividades pedagógicas que contribuem para sua formação global que inclui os aspectos físico, social, psicológico e intelectual.

Diante do que é transmitido pela CF e a LDB, fica evidente que esta etapa da educação infantil é dever do Estado, o que significa que o mesmo deve oferecer vagas nessa modalidade para atender a todos que desejam matricular seus filhos nestas instituições, pois é

um direito de todos, ou seja, um direito público que deve ser atendido com qualidade, sendo desenvolvidas nestas instituições atividades educacionais que proporcionem o desenvolvimento integral das crianças complementando o papel da família na formação da criança.

A LDB, em seu artigo 62, foi estabelecido que os profissionais para atuarem na Educação Básica, que inclui a Educação Infantil, tenham habilitação específica para o magistério, em nível superior e, no mínimo em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996). O PNE – Plano Nacional de Educação de 2001 determina ainda que seja ampliada a oferta de cursos de nível superior, com conteúdos específicos para a Educação Infantil, e a execução de programas de formação em serviço, para a atualização permanente dos profissionais e para a formação dos auxiliares (BARBOSA; ALVES, 2009).

Neste sentido Oliveira (2001) ressalta que LDB provocou um grande desafio para as instituições formadoras, mais especificamente, para as universidades, no que diz respeito à criação e a reestruturação de cursos de magistério que possibilitem formar um profissional que dê conta das funções de educar e cuidar, aliando sempre teoria e prática, levando em consideração a diversidade da população atendida, sem perder de vista as especificidades de cada indivíduo e quanto a União, Estados e municípios veio o desafio de cumprir a exigência legal de que a formação dos professores para atuar na educação infantil seja em nível superior.

Observa-se que a LDB destaca com clareza a necessidade de profissionais qualificados para atuarem na Educação Infantil o que inclui a creche, ou seja, exige que tenham formação em pedagogia ou magistério, enquanto que o PNE aponta a necessidade de haver nos cursos de formação disciplinas voltadas para a Educação Infantil como uma forma de melhor preparar os profissionais para atender essa etapa da educação, além de formação para aqueles que atuam como auxiliares da Educação Infantil. Assim fica a reflexão, será que essas determinações estipuladas por dois documentos de grande relevância nacional é efetiva?

Oliveira (2001, p. 94) faz uma observação de grande relevância quanto a formação dos educadores que é a necessidade de “aliar a teoria à prática, uma vez que a maioria dos cursos de formação e capacitação está distanciada da realidade (excessivamente teóricos), ou privilegiam treinamentos práticos, sem qualquer embasamento teórico”, deixando claro a necessidade de proporcionar cursos de formação que trabalhem tanto a teoria quanto a prática, porque ambas são fundamentais para o bom desempenho profissional.

Porém, somente a LDB e seus apontamentos sobre a Educação Infantil não foram suficientes para especificar todas as ações a serem desempenhadas pelas instituições de Educação Infantil, assim foi elaborado o DCN-EI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que foram instituídas pela Resolução CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica n. 01/1999, que

consideram características específicas dessa etapa educacional, indicando elementos para a constituição de uma identidade própria para as instituições de educação infantil e seus profissionais. Assim também a gestão das instituições deve se configurar considerando as peculiaridades do atendimento, tanto por sua distinção quanto por sua articulação com demais níveis de ensino (BARBOSA; ALVES, 2009, p. 6).

Em consentimento com essa colocação Assunção (2003) explica que a LDB em seu art. 11, V, ao integrar a Educação Infantil à Educação Básica, responsabilizando os municípios pela oferta de uma educação infantil de qualidade, o Ministério da Educação e do Desporto propôs o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que é composto por três volumes, o primeiro, que é o introdutório faz uma reflexão sobre as creches no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação e do profissional atuante nestas instituições; outro volume trata da formação pessoal e social da criança e, por último, o terceiro volume traz documentos referentes aos eixos de trabalhos orientados para a construção de propostas pedagógicas para a Educação Infantil.

Pode se dizer que este Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil objetiva “oferecer aos trabalhadores das creches meios práticos e teóricos de planejamento e avaliação do desenvolvimento infantil considerando a realidade das crianças e favorecendo a construção de propostas pedagógicas que contribuem para o progresso da educação do país” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 66).

A creche desde a CF de 1988 é uma obrigação dos municípios, cabendo à União o dever de prestar assistência técnica e financeira para a manutenção dessas instituições, neste sentido Abreu (2004, p. 4) esclarece que:

De acordo com a CF, art. 211, § 2º, e a LDB, art. 11, V, a educação infantil constitui *área de atuação prioritária* dos Municípios. Dito de outra forma, constitui responsabilidade dos Municípios a oferta da educação infantil à população brasileira. O ensino fundamental é competência compartilhada entre Estados e Municípios e o oferecimento do ensino médio é incumbência dos Estados. Segundo a CF, art. 211, § 1º, e a LDB, art. 9º, III, a União tem a incumbência de prestar *assistência técnica e financeira* aos Estados, DF e Municípios para o

desenvolvimento de seus sistemas de ensino, exercendo *função supletiva e distributiva* (com prioridade para o ensino fundamental).

O que deixa claro que a prioridade do governo é o ensino fundamental e que a educação infantil não possui uma relevância significativa se tratando de investimentos financeiros. Ainda de acordo com Abreu (2004, p. 7) a educação infantil deve ser mantida e financiada com “os recursos vinculados para manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe a CF, art. 212, caput. (no mínimo 18% da União e 25% dos Estados, DF e Municípios da receita resultante de impostos, incluída a proveniente das transferências, para despesas com MDE)”.

Assim, pode se observar que a Educação Infantil, em especial a creche, hoje está regulamentada e legalizada com base na Constituição Federal de 1988, no ECA de 1990, na LDB de 1996 e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1999, em que especificam os direitos das crianças de 0 a 3 anos, o quê e como deve ser o atendimento destas crianças na creche, exigindo profissionais realmente capacitados para atendê-las e espaços adequados que atenda suas necessidades. Lembrando que hoje a creche tem sido cada vez mais procurada pelas famílias de níveis sociais diversificados, o que exige que cada vez mais propostas pedagógicas sejam abordadas nesse espaço para o desenvolvimento da criança e como desenvolvê-las para atender com qualidade, o que deve ser levado em consideração desde a gestão da instituição.

Portanto, o conceito de Educação Infantil contemplado no presente trabalho é aquele que condiz com a proposta da LDB, em que é dever do Estado sua oferta e direito da família, sendo a educação infantil a base do ensino, e a creche especificamente o local de desenvolvimento integral da criança, contribuindo na formação física, social, afetiva e cognitiva que são a base para o seu adequado desenvolvimento ao longo da vida, sendo para isso adotadas propostas pedagógicas que definam seus objetivos para alcançar esse pleno desenvolvimento.

2.3 Importância da creche e de profissionais qualificados

Quanto à formação necessária para atuar nas creches Reis (2016, p. 15) corrobora afirmando que a LDB determina que a “formação mínima para o professor de Educação Infantil seja a de nível médio, na modalidade normal, embora a mais desejável seja a de

formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”. Mas ao que parece em muitos locais e instituições essa formação mínima ainda não foi atingida.

Refletindo sobre a formação dos professores de educação infantil Silva (2001) faz uma ressalva muito relevante, descrevendo que a formação de educadores, profissionalização, incorporação aos sistemas de ensino são problemas da educação infantil que necessitam de análise e soluções no âmbito das políticas sociais, especialmente da política educacional, porque é uma realidade complexa, pois se impõe a construção de práticas que levem em consideração a compreensão da criança e seus processos de desenvolvimento, bem como os dos direitos sociais, impondo o desafio de agir sobre um quadro de atendimento fundamentado na necessidade não no direito e os desafios que se colocam para a construção de uma educação infantil de qualidade, que está na construção de propostas de desenvolvimento profissional para os profissionais dessa etapa da educação que os reconheçam também como sujeitos de direitos, sujeitos dos quais se espera o respeito aos direitos das crianças.

Ou seja, muito se cobra do profissional da educação infantil, principalmente do professor de creche, por ter que integrar o cuidar ao educar, mas pouco se faz para a valorização e reconhecimento desse profissional, que trabalha diante tantos desafios. Então é preciso sim investir na formação e atualização desses profissionais mas também é preciso reconhecer o seu valor, principalmente daqueles que já se encontravam no exercício da profissão antes da determinação legal da exigência de se ter um curso superior.

Neste sentido Vasconcellos (2001) aponta que é, indispensável um investimento, cada vez maior, na formação continuada dos profissionais que já fazem parte de seus quadros e que não tem o preparo necessário, para que haja uma reviravolta das concepções tradicionais sobre o cuidado e a educação de crianças de 0 a 3 anos, e que passem a perceber a criança como sujeito social, produtora de cultura e em interação criativa com seus outros sociais, principalmente as outras crianças, num processo de construção de si e do mundo.

Assim deve se compreender o ato de cuidar como ação docente, pois desenvolvem no cotidiano relações entre o educador e a criança e crianças com crianças que também é conhecimento e aprendizagem e não apenas uma ato mecânico do cotidiano, porque a criança é um indivíduo ativo e criativo.

De acordo com Joia (2013, p. 5) cuidar e educar crianças pequenas é bastante sério, pois além de ser um direito constitucional a neurociência reconhece que

a complexa rede de conexões neuronais (mais de 90% das sinapses) se forma nos primeiros anos de vida, e ainda outros estudos apontam que, frequentar uma boa creche e uma boa pré-escola assegura êxito na alfabetização inicial, garante maior aprendizagem no ensino fundamental, menos reprovações e abandono escolar.

Refletindo sobre essa afirmação é preciso que haja uma política pública de educação infantil que compreenda a necessidade de ampliar a oferta de vagas, bem como a qualidade da formação dos profissionais para atuarem com essas crianças e as propostas pedagógicas adotadas, pois é uma faixa etária que necessita de grande atenção por ser o momento adequado para o seu desenvolvimento global e assim atingir melhores rendimentos no decorrer do ensino fundamental.

Quanto à formação dos professores que atuam com essa faixa etária Oliveira (2001, p. 93) corrobora discursando que ao pensar sobre a formação do professor ressalta a qualidade dos cursos “justificando que não adianta transferir para o nível superior a responsabilidade de formação do educador, se os cursos de licenciatura plena não forem adequados para proporcionar tal formação. A crise da formação do educador é a crise da educação brasileira”. O que demonstra a necessidade de reformulação dos cursos de formação, de modo que eles venham atender as demandas da educação infantil, inclusive da creche.

Como afirma Joia (2013, p. 6) é preciso uma proposta pedagógica que

olhe verdadeiramente para a criança, cuja concepção de desenvolvimento infantil seja pautada necessariamente na ludicidade, na afetividade e no cuidado e, para tanto ter profissionais capacitados e comprometidos com a profissão é condição essencial, para o êxito do trabalho. Esse tripé – ludicidade, afetividade e cuidado – tem ocasionado grandes descompassos entre as propostas pedagógicas e as práticas vigentes.

Esse tem sido um grande desafio, porque não basta haver uma lei que reza que é um direito da criança e da família ter acesso a creche, se não investir na preparação adequada para que esse tripé da proposta seja efetivamente desenvolvido no cotidiano deste ambiente, pois como cobrar esse desenvolvimento adequado da proposta educacional da creche se os

próprios funcionários não conhecem seu papel e nem compreendem seu valor e importância e no desenvolvimento dessas crianças?

Isso demonstra que o investimento nessa área da educação não precisa ser apenas na quantidade de vagas ofertadas, mas também no investimento nos profissionais da área que precisam ter formação adequada inicial e estar passando por formações continuadas de tempos em tempos para que sempre inove suas formas de trabalho e compreendam que em cada ação das crianças há um aprendizado.

Ainda sobre a necessidade da formação continuada para os profissionais atuantes nas creches Reis (2016) destaca que mesmo realizando atividades diferentes, professores, gestores e os diversos profissionais da creche trabalham para um mesmo objetivo: oferecer às crianças e às famílias um atendimento de qualidade, e muitas vezes as dificuldades nas relações entre os adultos acabam afetando o trabalho pedagógico e também as próprias crianças, assim nos momentos de formação é importante que dificuldades e resolução de conflitos, comunicação, integração e êxitos tenham espaço no ambiente da creche.

Oliveira (2008) também destaca sobre a formação do profissional atuante nas creches e aponta que é na educação infantil que a maioria das crianças terá contato com a educação formal que irá complementar a educação recebida pela família, dessa forma requer profissionais competentes que possuam habilidades necessárias para trabalhar com as especificidades da faixa etária, não só em termos de docência, mas também quanto à gestão, pois garantir atuação de profissionais nesses cargos com formação específica em educação infantil é essencial para alcançar uma melhor qualidade das práticas pedagógicas adotadas nessa etapa da educação.

Diante desse contexto da necessidade de formação adequada para os profissionais que atuam na creche Mamede (2001, p. 52) colabora afirmando que para a construção de uma pedagogia baseada na interação, é necessário um investimento cuidadoso e constante na preparação dos profissionais, sendo que a formação

deve ter como referenciais os conhecimentos científicos, os contextos social, econômico e político nos quais vivem os profissionais e as famílias das crianças, a produção cultural – literatura, cinema, teatro, arte em geral – e os valores que consideramos importantes para a vida em sociedade, com isso, amplia-se o olhar dos profissionais sobre a criança, tornando-se mais rico e diversificado e permitindo refletir criticamente sobre a prática e os problemas do dia-a-dia da creche. Oferecendo um atendimento adequado em complementação à atuação da família, a creche cumpre um papel social importante ao contribuir para a formação da criança como sujeito social e cultural, que tem direitos como cidadão. E enfrentar o desafio de aliar

a competência técnica à luta política para que tenha, de fato, as creches como instituições de educação infantil para todas as crianças.

A gestão é uma área que também precisa de conhecimentos tanto da docência quanto do trabalho de gestão, pois só assim terá condições para gerenciar o cotidiano da instituição, compreendendo e valorizando o trabalho de cada profissional que atua com as crianças.

Pensando na gestão das creches é preciso refletir sobre como se dá sua escolha e que requisitos é exigidos para que assuma e cumpra o papel de administrador e contribua para o bom desenvolvimento da creche de modo que o binômio cuidar e educar não sejam desvinculados e cuidar para que seus profissionais sejam capacitados para realizarem esse trabalho de grande relevância com as crianças.

2.4 Gestão democrática na creche

Ao abordar o tema gestão, principalmente se tratando da Educação Infantil, é preciso perceber que o responsável por esta função necessita ter conhecimento e habilidade para desenvolver seu trabalho de modo a garantir tanto para pais quanto para funcionários um equilíbrio no ambiente de trabalho, uma vez que famílias de crianças pequenas principalmente as da faixa etária da creche, de 0 a 3 anos, estão constantemente em questionamento no ambiente e participando ativamente do trabalho que ali é prestado. Assim, pensar em gestão na creche é pensar em todo o contexto e todos os envolvidos no cotidiano da instituição e na qualidade do serviço ali prestado.

A gestão da educação, como afirmam Barbosa e Alves (2009, p. 1)

Se insere na formulação e implementação das políticas educacionais e das políticas para a infância, dessa maneira não é autônoma em relação ao contexto sócio-político. A gestão escolar não se esgota no âmbito das instituições educacionais, pois no cotidiano de cada uma delas se materializam normas e definições da política educativa, interferindo nas condições de trabalho, na organização curricular, nas relações interpessoais e institucionais. É preciso, então, ter presente a articulação entre as normas e diretrizes do sistema e a dinâmica específica das instituições, reconhecendo que não há um processo de mera transposição do geral para o particular. No jogo interno em cada escola se constituem particularidades, compondo identidade e cultura próprias. Ademais, a própria gestão não é neutra, mas se apresenta com diferentes sentidos podendo se configurar em distintas propostas e ações, expressando diferentes concepções norteadoras.

O que demonstra que a gestão de creche, assim como de outras escolas, não é uma gestão neutra que faz seu trabalho de forma indiferente ao contexto, pelo contrário, a gestão deve ter conhecimento sobre todo o processo político, ao qual a instituição se encontra envolvida e com isso planejar suas ações conforme as disposições e acessibilidade que o órgão lhe permite, além que dentro desse contexto cada unidade cria suas próprias peculiaridades para resolver as mais diversas situações que ocorrem no ambiente, desde financeira, com funcionários, pais e a comunidade envolvida no geral.

Barbosa e Alves (2009) ainda continuam ressaltando que o ideal de trabalho é a gestão democrática e que é preciso compreender que a gestão democrática está formulada nas políticas educacionais e nos projetos desenvolvidos pela instituição. Ou seja, desenvolver uma gestão democrática não consiste em apenas denominá-la dessa forma, mas desenvolver ações no cotidiano da vida escolar que conduzam para a democracia, ou seja, é nas suas atividades e projetos realizados que a gestão se concretiza democrática ou não.

Esse modelo de gestão é o que prevê a CF de 1988 em seu artigo 206, inciso VI, onde se preconiza novas formas de organização e administração dos sistemas de ensino, com a participação da comunidade educacional, sendo ainda destacada pela LDB e o PNE – Plano Nacional de Educação, passando assim a integrar a maioria das propostas e projetos educativos dos sistemas de ensino público. Como a educação infantil foi inserida no sistema de ensino estas também se encaixam nesse modelo de organização e funcionamento, mas em consideração as peculiaridades da atuação da creche há as diferenças nas propostas e práticas de gestão tanto quanto do trabalho pedagógico em consideração a faixa etária das crianças e a necessidade do cuidar.

Como escreve Rasckel (2005) a democratização da gestão da creche não é entendida apenas como garantia da oferta de vagas, mas a possibilidade de democratizar os processos pedagógicos, principalmente na escolha do diretor de creche por parte da comunidade educativa, considerando a eleição como direito da criança à convivência em um ambiente democrático e de qualidade. Ou seja, a eleição constitui um mecanismo do exercício da democracia e um direito social para o desenvolvimento do trabalho nas instituições, porque dessa forma garante a todos a igualdade de oportunidade de acesso ao cargo. Então surge a dúvida: porque as creches no ainda não possuem eleição para a escolha do gestor? Será que da forma como se encontra, está atendendo as expectativas dos trabalhadores dessa instituição?

Hasckel (2005, p. 18) destaca a necessidade de

compreender a eleição para diretor de creche como um mecanismo de participação capaz de discutir as práticas democráticas não apenas no interior das relações pedagógicas, mas, sobretudo, no processo eleitoral, nos embates de ideias, de projetos e programas de gestão, ao fazerem emergir os conflitos que são subjacentes.

Perceber a eleição como um meio de participação pode levar a uma percepção maior em relação à sociedade, infância, criança e professores da educação infantil, pois possibilita a construção coletiva do projeto político pedagógico da creche, que tem por objetivo refletir sobre ações que proporcionem transformação social, e a democracia seja um exercício cotidiano no ambiente da creche, pois na disputa pela gestão surgirão inúmeras ideias e percepções sobre o ambiente que podem ser aproveitadas para o bem coletivo na construção de uma ambiente mais justo e reconhecido por todos.

Como destaca Oliveira (2001) o professor deve ter participação direta na elaboração do projeto educativo, sendo indispensável para que ele possa nesse processo participativo, reconstruir e interiorizar valores e concepções que possibilite o desenvolvimento de novas competências para exercer seu trabalho com qualidade. Isso é o exercício da democracia no ambiente da creche, sendo que a gestão deve promover esse trabalho coletivo que conduza a participação de todos.

Assim, a gestão democrática é de grande relevância para o bom desenvolvimento da creche, pois dessa forma é possível envolver toda a comunidade no trabalho desenvolvido com as crianças, ouvindo e propondo novas ações para que os desenvolvimentos destas crianças sejam garantidos e elas estão sendo atendidas com qualidade, além que a família possa participar e se envolver com essa comunidade, reconhecendo o valor do trabalho ali prestado.

Como ressalta Rasckel (2005, p. 18) “é importante pensar na creche como espaço pedagógico e político orientado à ampliação da participação de todos os segmentos envolvidos na definição das regras do jogo democrático desse espaço”. Ou seja, não é apenas o fato de haver eleições para gestor de creche que trará soluções para seus problemas, nem a tornará mais democrática, mas conduzem para uma reflexão sobre as práticas político-pedagógicas que com certeza contribuem para a construção de relações democráticas mais justas, igualitárias e educativas para todos os envolvidos no ambiente da creche.

Como afirma Rasckel (2005 p. 21)

Porque as eleições diretas para diretor de creche não garantem por si sós uma gestão mais democrática, mas contribuem para a abertura de canais de discussão acerca da

importância do papel político dos professores, do projeto político-pedagógico, da ética nas relações humanas, dos direitos infantis, da Pedagogia para a Infância e outras tantas questões fundamentais para a área da educação da criança.

Portanto, ao analisar todos esses apontamentos sobre a relevância da democracia nas creches, principalmente se tratando da escolha do gestor, pode se dizer que esse na verdade é um direito desta instituição, mas que por motivos variados ainda não é realizado nas creches.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Para as especificações quanto ao tipo de pesquisa que será adotada no presente trabalho, serão consideradas as obras de Vergara (2007) e Gil (1991). Diante das características da pesquisa aqui proposta, parece a classificação mais adequada como exploratória e descritiva ao mesmo tempo, levando em consideração os fins como determina Vergara (2007), que aponta a pesquisa exploratória quando é realizada em áreas de pouco conhecimento sistematizado, que é o caso das creches, sempre se vê muitos trabalhos acadêmicos e pesquisas sobre Educação Infantil, mas raramente se tratando especificamente das creches, sendo que o trabalho parte de suposições inspiradas na revisão preliminar da literatura se encaixando assim nesse tipo de pesquisa. Sendo que o presente trabalho trata da especificidade da creche e seu cotidiano.

Descritiva porque como Vergara (2007) menciona, é aquela pesquisa que expõe características claras e bem delineadas de determinada população ou fenômeno, envolvendo em si técnicas de coletas de dados. Este tipo de pesquisa se enquadra no presente trabalho uma vez que será apresentado as características históricas e regulamentadoras das creches, bem como a pesquisa direta em uma instituição que atende essa modalidade do ensino, situando o leitor quanto ao contexto em que as creches se formaram e suas reais condições para atender a demandas atuais.

Quanto aos meios a pesquisa aqui utilizada foi o estudo de caso, por ser apropriado pra a fase exploratória, pois normalmente refere-se a situações empíricas que investigam um fenômeno dentro de um contexto real e contemporâneo (GIL, 1991). No caso apresentado no

trabalho o estudo de caso fica evidenciado por se tratar de uma pesquisa realizada em um único local e real, onde haverá participantes de forma direta.

Ainda quanto aos meios a pesquisa adotada também se classifica como bibliográfica, por meio da revisão da literatura disponível sobre o tema exposto em um capítulo específico, sendo seu principal objetivo estabelecer a base teórica da pesquisa.

Quanto às ferramentas foi utilizada a pesquisa de campo, por meio de entrevista semi estruturada além da observação local do cotidiano da instituição.

Portanto, a pesquisa a ser desenvolvida por base dessa proposta é exploratória, descritiva, bibliográfica, estudo de caso com uso da pesquisa de campo. Como afirma Vergara (2007) um trabalho quase sempre apresentará uma mescla de tipos de pesquisas, para que o objetivo seja alcançado.

3.2 Caracterização da organização, setor ou *árealócus* do estudo

A presente pesquisa foi realizada no CMEI Lucilélia Costa localizado na Rua 26, esquina com Rua 39, s/n. Santa Luzia - (62) 3353-2185 da cidade de Goianésia, especificamente no seu atendimento a creche, uma vez que o Centro Municipal de Educação Infantil atende tanto a creche quanto a segunda fase da Educação Infantil com Jardim I e II.

O CMEI fica localizado na região central da cidade, mas atende crianças de todos os bairros da cidade. Atende hoje 245 crianças ao todo.

Seu prédio apresenta uma construção inovadora e com especificações adequadas para atender as necessidades das crianças de 0 a 3 anos na modalidade creche. Sendo que a mesma conta com onze (11) salas de aulas sendo sete (7) destinadas a modalidade creche e quatro (4) a segunda fase da educação infantil, que compreende Jardim I e Jardim II.

As salas destinadas a creche, possuem móveis adequados para a realização de atividades pedagógicas e espaço para organização de materiais e pertences das crianças, contam com banheiro anexo à salas, brinquedos, TV e som.

Possui varanda adequada para as refeições, brinquedoteca, e biblioteca que conta com livros próprios para a modalidade creche e que as próprias crianças possam manusear, além de pátio e parquinho adequados para brincadeiras livres e dirigidas ao ar livre.

As turmas estão distribuídas da seguinte forma: 1 sala de Maternal I ou berçário, 2 salas de Maternal II, 2 salas de Maternal III, 2 salas de Maternal IV, 2 salas de Jardim I e 2 salas de Jardim II, sendo essas duas últimas distribuídas entre o período matutino e vespertino, enquanto que as demais que compreendem a modalidade creche funcionam em período integral.

Conta com funcionários sendo eles quatro (quatro) professores com graduação em Pedagogia que atuam com as turmas de Jardim I e Jardim II.

Na modalidade creche conta com sete (7) AEI – Assistentes de Educação Infantil também com formação em Pedagogia. Nas salas correspondente a etapa da creche contam com duas auxiliares de sala em cada sala totalizando vinte e oito (28) auxiliares sendo que trabalham apenas em um período e no maternal I em um dos períodos são três (3) auxiliares, não há um AEI. As auxiliares ainda são estudantes, da graduação de cursos variados, ou do ensino médio, como mostra as tabelas abaixo:

TABELA 1
Formação das AEI

CURSO	QUANTIDADE
Cursando Pedagogia	2
Pedagogia completa	5
Total	7

Fonte: Dados coletados no CMEI.

TABELA 2
Formação das auxiliares de sala

CURSANDO	QUANTIDADE
Ensino Médio	18
Curso de graduação em História	2
Curso de graduação em Administração	1
Curso de graduação em Pedagogia	11
Curso de graduação em Enfermagem	1
Total	33

Fonte: Dados coletados no CMEI.

Como pode observar o CMEI conta com profissionais com a formação adequada para as funções que exercem, levando em consideração as AEI, enquanto que as auxiliares o ideal de acordo com a proposta da LDB deveriam todas estarem cursando Pedagogia, porém isso ainda não ocorre.

Quanto à formação da gestora e das duas (2) coordenadoras pedagógicas, todas são formadas em Pedagogia e possuem especialização na área educacional. O que corresponde com a necessidade do ambiente e com as determinações legais para que o trabalho desenvolvido no ambiente seja o melhor possível.

3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa

A população a ser pesquisada serão os pais das crianças matriculadas na creche, a gestora da instituição e a secretária da educação do município de Goianésia.

Sendo que a quantidade de pais para participarem da entrevista, será o máximo possível de acordo com a disponibilidade dos mesmos em participarem da pesquisa. Assim, objetiva-se que o perfil dos participantes seja o mais próximo possível da realidade.

A pesquisa será aplicada na própria instituição, por meio de entrevistas semiestruturadas de modo que possa identificar por meio dessa amostragem números de filhos, faixa etária, com quem a criança mora, faixa de renda entre outras informações que possam construir um perfil da realidade do CMEI em estudo. Sendo que para participar da pesquisa basta que seja pais ou responsáveis legais da criança matriculada na creche.

Quanto a entrevista com a gestora objetiva-se conhecer as dificuldades enfrentadas pela administração da instituição quanto o desenvolvimento das propostas para a creche. Com a secretária da educação, tem como finalidade observar como a secretaria trata e trabalha com as questões relacionadas à educação infantil.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

O instrumento de pesquisa será entrevista semiestruturada, tanto para os pais das crianças matriculados no segmento creche do CMEI, quanto para a diretora da instituição e secretária da educação do município.

Antes das perguntas sobre o tema, haverá a identificação da pesquisa para que o participante se situe sobre o que está respondendo, não será pedido nome do participante, apenas informações que possibilitem a formação de um perfil geral que caracterize a realidade do CMEI.

Sendo que os resultados serão apresentados de forma quantitativa por meio de gráficos e tabelas e discutidos de acordo com o levantamento bibliográfico, tornando a pesquisa também em pesquisa qualitativa e quantitativa.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

É uma etapa de grande relevância como observa Gil (1991), pois ela permitirá a análise dos resultados, que no presente estudo é a realidade da instituição creche na cidade de Goianésia – Go.

Neste estudo o primeiro passo de coleta de dados é a abordagem teórica, buscando publicações relacionadas ao tema com foco no processo histórico das creches no Brasil, sua regulamentação. Sendo fundamentais estas teorias para o estudo de caso.

Para a pesquisa de campo será realizada a entrevista semiestruturada com a direção do CMEI, pais da instituição e secretária da educação do município.

Após a realização das entrevistas será feita a tabulação dos dados obtidos e a construção de gráficos e tabelas para melhor apresentar esses resultados e em seguida seja feita a análise desse material. Sendo que os resultados serão apresentados de forma quantitativa, descritiva e discursiva com a teoria pesquisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A creche atualmente não tem simplesmente o papel assistencialista, mas também de educar de forma complementar à família, como afirma a LDB, porém o número de creches não é o suficiente para atender a demanda, o que gera um conflito com o que está expresso na CF em seu Artigo 228 onde se destaca que a creche é direito de toda criança. Ainda de acordo com CF é dever do município ofertar essa instituição a população sendo a união responsável por contribuir financeiramente para a manutenção das mesmas como descreve seu Artigo 211.

Para atender essa determinação da CF e a necessidade da população do município de Goianésia, em 2001 foram criadas seis (6) creches pela Lei nº 1890/01 de 15 de março de 2001 que dispõe sobre a criação de creches municipais e dá outras providências. É nesse período que as creches do município de Goianésia passaram a fazer parte da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, deixando de ser parte da Assistência Social. O primeiro CMEI foi criado em 2015 e o segundo em 2017.

Assim, os resultados abaixo demonstram a realidade do atendimento ofertado no segmento creche dentro do CMEI, apontando as condições familiares dessas crianças, bem como a percepção geral que os pais possuem da instituição, apresentando ainda a posição da gestora da unidade diante da realidade de trabalho atual. Sendo que as entrevistas foram realizadas durante os meses de janeiro, fevereiro e março do corrente ano letivo.

4.1 Resultado da entrevista com os pais

Participaram da entrevista 52 pais, e a primeira pergunta feita foi sobre a idade do(s) filho(s) matriculados no CMEI, como há famílias que têm mais de um filho matriculado o número de respostas para esse quesito foram 62, pois dos participantes 10, o que corresponde a 19% dos participantes, possuem dois filhos matriculados no CMEI.

TABELA 3
Idade do(s) filho(s) matriculados no CMEI.

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
De 0 a 11 meses	3	5
De 1 ano a 1 ano e 11 meses	12	19
De 2 anos a 2 anos e 11 meses	16	26
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	27	44
Mais de 4 anos	1	1
Não responderam	3	5
Total	62	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que aqueles que têm dois filhos matriculados no CMEI a maioria ambos estão frequentando a creche, somente um já faz parte da segunda fase da Educação Infantil.

Na sequência foi perguntado qual a renda mensal da família.

TABELA 4
Renda mensal da família.

FAIXA SALARIAL	QUANTIDADE	%
Um salário mínimo	9	17
De um a dois salários mínimos	19	37
De dois a três salários mínimos	10	19
Mais de três salários mínimos	14	27
Total	52	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Estas respostas mostram um fator de grande relevância, 27% dos participantes ganham mais que três salários mínimos, ou seja, quem busca uma vaga na creche não é mais apenas a família carente que necessita de assistência, mas sim toda a sociedade, pois de acordo com essa renda familiar seria possível pagar uma babá para que os filhos ficassem em casa, mas optam pela creche, já que é um direito de todas as crianças como prevê a CF em seu artigo 228. Isso vai de encontro com a fala de Nascimento (2015) que a busca por esta instituição é crescente em todo o país, o que sinaliza que a creche é uma necessidade da sociedade e que o governo é o responsável por criar e manter esses espaços.

Foi perguntado quem trabalha fora na família.

TABELA 5
Na família, quem trabalha fora.

MEMBROS DA FAMÍLIA	QUANTIDADE	%
Apenas o pai trabalha fora	6	12
Apenas a mãe trabalha fora	8	15
O pai e a mãe trabalham fora	38	73
Total	52	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Com esses dados é possível observar bem a questão apontada por Duarte (2012, p.1) ao relatar que a expansão da Educação Infantil no Brasil deu-se a partir de 1970 devido aos seguintes fatores: “crescente urbanização, participação e inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, luta dos movimentos sociais, [...]”. Os dados demonstrados na TABELA 5 mostram que 88% dos participantes relataram que a mãe trabalha fora, o que justifica claramente a necessidade de deixar o(s) filho(s) na creche. Enquanto que 12% não trabalham fora, porém fazem uso do direito que possuem.

Depois foi questionado sobre a residência familiar.

TABELA 6
Como é a residência familiar.

TIPOS DE RESIDÊNCIA	QUANTIDADE	%
Residência própria	32	62
Residência cedida	5	7
Residência alugada	15	29
Total	52	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda nesta questão questionou aqueles que pagam aluguel, qual o valor do aluguel do imóvel.

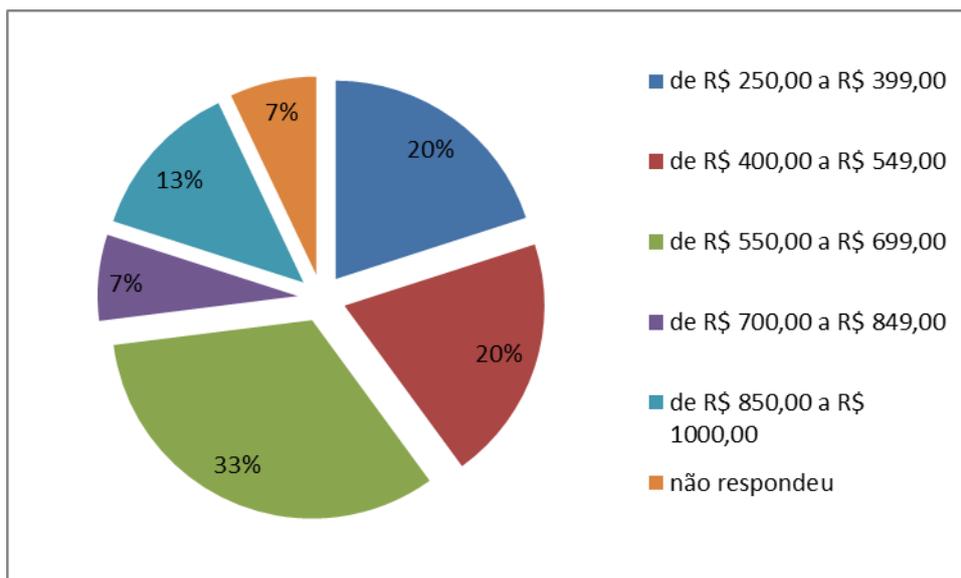


GRÁFICO 1: Valor do aluguel pago.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com os dados apresentados na TABELA 6 e no GRAF 1, fica evidenciado mais uma vez a diferença econômica das famílias cujos os filhos frequentam o CMEI. Observando os valores do aluguel pago foi possível obter uma média de aproximadamente R\$ 581,00, sendo que o menor valor foi R\$ 250,00 e o maior R\$ 1000,00. Ou seja, realmente a creche é para todos independente da classe social.

Logo após perguntou quantas pessoas vivem na residência, se há outras pessoas além do pai, mãe e filho(s), e quem são estas pessoas e quantos filhos possuem.

TABELA 7

Com quem a criança mora.

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
Com pai e mãe	46	88
Somente com a mãe	6	12
Somente com o pai	0	0
Total	52	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Interessante observar que a maioria vive com o pai e a mãe na mesma residência. Na opção se há outras pessoas que moram na mesma residência, 10 dos participantes afirmaram ter outras pessoas morando em casa, o resultado obtido foi:

TABELA 8
Outras pessoas que vivem na mesma casa.

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
Vó, tia, prima	1	10
Vó e vô	2	20
Tia	1	10
Vó, tio, padrasto	1	10
Vô	2	20
Vó, tia e tio	1	10
Prima	1	10
Vó, vô e tio	1	10
Total	10	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Com esses dados vale ressaltar que a maioria dos casos em que tem outras pessoas vivendo na mesma casa, a principal figura são os avós, outro fato que merece destaque é que há apenas um caso da criança viver com padrasto. Além que, é uma pequena porcentagem 19% das famílias participantes que vivem com outras pessoas na mesma residência.

Quanto ao número de filhos os dados obtidos foram:

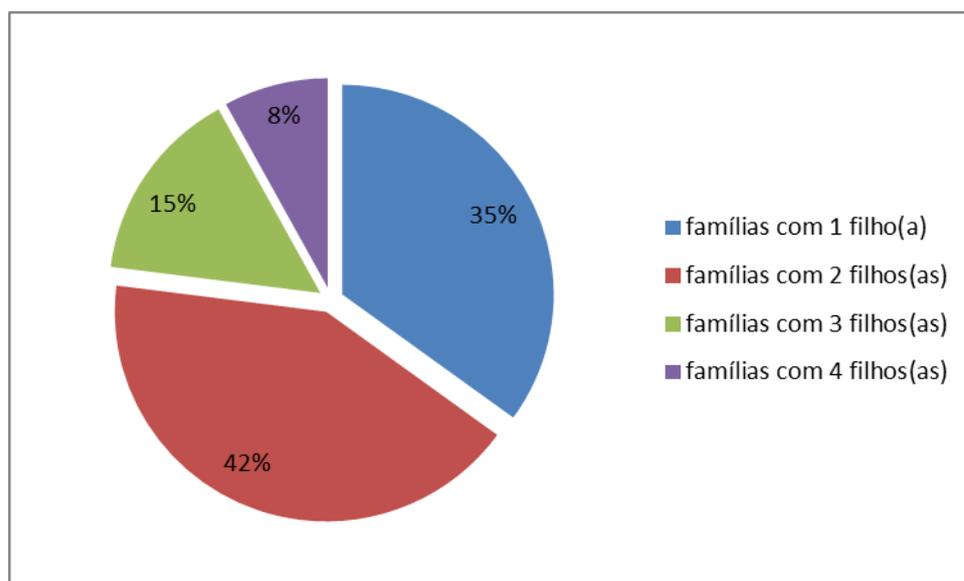


GRÁFICO 2: Quantidade de filhos por família.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que as famílias estão bem pequenas, a maioria, 42% delas possuem apenas dois filhos, seguida por 35% com apenas um filho, enquanto que o número máximo de filhos apontados foram quatro, correspondendo apenas a 8% das famílias entrevistadas.

Na sequência foi perguntado sobre benefícios públicos como o Bolsa Família.

TABELA 9
Bolsa Família ou outro benefício.

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
Recebe	4	8
Não recebe	48	92
Total	52	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa informação faz refletir sobre a distribuição de benefícios ao governo, que nem todos que precisam conseguem esta contribuição, pois na TABELA 4 foi apontado 9 participantes que a renda familiar é de apenas um salário mínimo e 19 com até dois salários mínimos, que são valores pequenos para manter a família, enquanto que apenas 4 dos participantes recebem benefício do governo.

Na sequência foi perguntado sobre o motivo porque a família colocou o filho na creche, dando três alternativas para escolha, muitos escolheram mais de um dos motivos apontado, resultando em 71 respostas, sendo distribuídas da seguinte forma:

TABELA 10
Motivo pelo qual colocou o filho na creche

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
Para serem bem cuidados	7	10
Porque os pais trabalham, não tem com quem deixar	35	49
Porque se preocupam com o cuidar e o educar	29	41
Total	71	100

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas obtidas nessa questão foram fundamentais para compreender o quanto a creche é relevante para a sociedade, a minoria, apenas 10% dos participantes colocam os filhos na creche somente com a preocupação de que sejam bem cuidados, enquanto que o principal fator é o afastamento dos pais para trabalharem fora e não terem com quem deixar as crianças, apontando 49% dos participantes. E o mais expressivo, 41% matriculam os filhos na creche porque preocupam com o cuidar e o educar, isso demonstra que a população tem consciência da necessidade da creche no processo educacional e considerada importante esse processo ter início o quanto antes na vida da criança, o que demonstra, que para muitos a creche não é vista apenas como o ambiente de cuidar.

Observa-se o quanto o valor da creche mudou, pois Oliveira, Andrade e Andrade (2008, p. 2) afirmam que no princípio do surgimento das creches os atendimentos eram “de cunho, reconhecidamente, assistencial e custodial, estando voltadas ao amparo de crianças e

famílias empobrecidas”. Hoje isso não ocorre mais, ela é vista definitivamente como espaço educacional além do cuidar, tanto que pela pesquisa realizada neste estudo observa-se a variedade de classe social que a creche no CMEI atende.

E sobre esse novo papel dado à creche de cuidar e educar ao mesmo tempo como prevê a LDB e a CF Mamede (2001) destaca que é mais um problema que a creche enfrenta, além da falta de vagas para todas as crianças, porque integrar o educar e o cuidar é garantir a creche como educação e muitas vezes isso ainda é difícil de acontecer é um desafio para muitas instituições. E para muitas famílias a compreensão de que isso deve acontecer na creche é um fato de relevância, portanto, quanto mais houver essa integração melhor será a qualidade do atendimento ofertado.

Em seguida foi perguntado sobre a participação da família nas atividades desenvolvidas no CMEI, nesta pergunta também foi dada três opções de respostas e houve mais de uma resposta por participantes, totalizando 84 respostas, sendo distribuídas da seguinte forma:

TABELA 11
Participação nas atividades desenvolvidas no CMEI.

OPÇÕES	QUANTIDADE	%
Participa de reuniões de pais/mães	48	57
Participa de atividades comemorativas	35	42
Comparece ao CMEI apenas quando é solicitado	1	1
Total	84	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Com essas respostas, reforçam a forma como as famílias valorizam a creche e o trabalho desenvolvido por ela, 57% dos participantes apontaram como resposta que participa de reuniões, enquanto que 42% participam de atividades comemorativas.

Considerando as informações apresentadas, de que os participantes optaram por mais de uma alternativa e somente 1 só comparece ao CMEI, a maioria das duas outras questões participa tanto de reuniões quanto de atividades comemorativas desenvolvidas pelo CMEI. Lembrando que é um sistema de ensino democrático a participação da família nas atividades desenvolvidas pela instituição e no cotidiano é fundamental para rever as ações e avaliar o desempenho da mesma.

Pensando em uma questão que apontasse uma avaliação da família sobre o trabalho desenvolvido pelo CMEI, foi perguntado o que eles mais consideram de positivo no CMEI,

havia três possibilidades de respostas e houve mais de uma resposta por participantes, gerando assim 81 respostas.

TABELA 12
O que é mais positivo no CMEI.

OPÇÕES	QUANT.	%
O trabalho feito com atenção, cuidado e dedicação	25	31
A alimentação servida com qualidade	14	17
De forma geral, um ambiente que oferece segurança e uma educação de qualidade	42	52
Total	81	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Com essas respostas reafirmam todas as anteriores, a maioria 52% das respostas dadas apontam que o que o CMEI tem de mais positivo é o que ele oferece no geral, ambiente seguro e uma educação de qualidade, o que demonstra que o CMEI está desenvolvendo um ótimo trabalho que tem atendido a expectativa dos pais, pois como visto na TABELA 10 a preocupação de boa parte dos participantes está não só no cuidar, mas também no educar, e como mostra nesta questão o CMEI tem ofertado isso aos pais, que parecem satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela instituição.

Para finalizar foi perguntado se havia alguma sugestão ou crítica a ser feita de modo a colaborar para a melhoria do trabalho oferecido no CMEI. Como esta pergunta não tinha alternativas ficou livre para dizerem suas opiniões e as mesmas foram anotadas.

TABELA 13
Críticas e sugestões

RESPOSTAS DADAS	QUANTIDADE	%
Agradecimento	7	13
Precisa de mais estabelecimentos como esse	2	4
Parabéns a toda equipe	3	6
Só elogios	5	10
Excelente trabalho	3	6
Outros	9	17
Não responderam	23	44
Total	52	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Mesmo a maioria, 44% dos participantes não deixando sua contribuição, observa-se que a quantidade de participantes que participaram não deixou uma crítica, mas sim uma mensagem de gratidão e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela equipe da

instituição. Não podendo deixar de comentar que no item outros, houve algumas respostas de grande relevância como:

- sugestão: a creche poderia conscientizar as famílias sobre o reflexo do ambiente familiar nos filhos;

- crítica: a creche precisa diminuir a ingestão de doces;

- elogio: satisfação com a alimentação e as atividades pedagógicas;

- elogio: a creche completa educação que os pais dão em casa.

O que mais uma vez demonstra a relevância da creche para o desenvolvimento da criança que vai além do cuidar, mas seu desenvolvimento global, e que as famílias têm buscado cada vez mais a matrícula dos filhos nessas instituições não apenas porque não tem com quem deixar em casa, mas porque reconhecem a importância do trabalho desenvolvido pelas creches que buscam ao máximo integrar o cuidar e o educar.

4.2 Resultado da entrevista com a gestora do CMEI

A entrevista com a gestora do CMEI teve por objetivo identificar como o processo administrativo tem sido desenvolvido pela instituição e quais as dificuldades enfrenta no cotidiano. Para identificar as falas da gestora, estas serão colocadas em itálico e entre aspas.

A atual gestora do CMEI Luciléia Costa está neste cargo desde 2015 quando ele foi inaugurado, e nas eleições para gestor do ano passado foi eleita, esta instituição por ter a segunda fase da educação infantil possui o processo de eleição, enquanto que as instituições do município que são apenas creche não desenvolvem esse processo. Sobre essa questão vale ressaltar o que Hasckel (2005, p. 18) destaca a necessidade de

compreender a eleição para diretor de creche como um mecanismo de participação capaz de discutir as práticas democráticas não apenas no interior das relações pedagógicas, mas, sobretudo, no processo eleitoral, nos embates de ideias, de projetos e programas de gestão, ao fazerem emergir os conflitos que são subjacentes.

O que é de grande relevância para que a democracia seja exercida na prática, mas ainda é um ato desenvolvido apenas nas instituições em que possuem da segunda fase da educação infantil em diante. Deixando as creches fora desse processo, tirando delas a possibilidade de um embate maior sobre a construção coletiva de ações e buscas de melhorias

por oferecer oportunidade para todos os funcionários com as qualidades necessárias para o cargo de poder contribuir de uma forma mais ampla com o processo educacional da creche.

Assim o CMEI está em vantagem em relação as creches, o que possibilita um melhor desenvolvimento de toda a instituição.

A diretora da CMEI atua na educação há 18 anos, possui formação em Licenciatura Plena em Pedagogia e é Pós graduada em Educação Infantil e em Metodologia do Ensino Fundamental. O que demonstra que ela realmente é uma profissional preparada para o cargo que ocupa, pois como afirma Oliveira (2008) é essencial que gestores de creche tenham formação específica em educação infantil para alcançar uma melhor qualidade das práticas pedagógicas adotadas nessa etapa da educação.

Ao perguntar a diretora quais as maiores dificuldades encontradas frente à direção do CMEI, a mesma apontou que são:

“- falta de profissionais efetivos;

- falta de móveis adequados para atender os vários ambientes (refeitório, secretaria, sala dos professores, biblioteca, sala de informática)”.

Ou seja, mesmo que ao observar o ambiente foi possível constatar que a instituição possui móveis e ambientes que possibilitem o trabalho com as crianças, a diretora, que é quem está presente no cotidiano e conhece muito bem a realidade da instituição acredita que não está sendo adequados para o desenvolvimento das propostas para essa faixa etária.

Essa posição retoma a questão da obrigatoriedade da manutenção da educação infantil que como Abreu (2004, p. 7) destaca deve ser mantida e financiada com “os recursos vinculados para manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe a CF, art. 212, caput. (no mínimo 18% da União e 25% dos Estados, DF e Municípios da receita resultante de impostos, incluída a proveniente das transferências, para despesas com MDE)”.

Mas se há a falta de profissionais efetivos, significa que não há concurso para o preenchimento de vagas que atualmente são ocupadas por contratos ou estagiárias e se há falta de móveis adequados com as necessidades da modalidade creche, significa que o município por alguma razão não tem conseguido cumprir com esse seu papel, o que seria necessário uma pesquisa mais profunda em outras áreas para verificar estas razões.

Porém, Abreu (2004) esclarece que a CF, art. 211, § 2º, e a LDB, art. 11, V, a educação infantil constitui área de atuação prioritária dos Municípios. Dito de outra forma,

constitui responsabilidade dos Municípios a oferta da educação infantil à população brasileira. Segundo a CF, art. 211, § 1º, e a LDB, art. 9º, III, a União tem a incumbência de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, DF e Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino, exercendo função supletiva e distributiva com prioridade para o ensino fundamental.

O que deixa uma pequena evidência de que o problema talvez esteja na falta suficiente de investimento na educação infantil, uma vez que a prioridade é o ensino fundamental e que após atender as necessidades dessa modalidade é que atende a educação infantil.

Na sequência foi perguntado sobre a participação dos pais e da comunidade. Afirma que tanto pais quanto a comunidade “*participam ativamente em tudo que é proposto pela Unidade: Conselho Escolar, Projetos internos e externos, reuniões, eventos etc*”.

Esta resposta vai de encontro às respostas apresentadas pelos pais e demonstradas na TABELA 11, onde a maioria afirma participar de reuniões e eventos que a instituição desenvolve.

Em seguida foi perguntado qual o principal foco da sua função. A resposta obtida foi que o principal foco do gestor escolar é “*fortalecer e dar segurança para toda a equipe escolar, onde democraticamente todos têm a mesma importância dentro da Unidade no que se refere ao ensino-aprendizagem, lembrando sempre que o foco principal da Unidade é sempre o aluno*”.

Essa posição da gestora diante da sua função, reforça o que Rasckel (2005, p. 18) afirma, que “é importante pensar na creche como espaço pedagógico e político orientado à ampliação da participação de todos os segmentos envolvidos na definição das regras do jogo democrático desse espaço”. Ou seja, o trabalho desenvolvido pelo CMEI, segundo a concepção da gestora envolve toda a equipe e reconhece o papel de cada um, ou seja, tudo é pensado na participação de todos com foco no desenvolvimento do aluno. O que pode concluir que sua gestão é realmente democrática.

Como a atual gestora do CMEI é a mesma desde 2015, desde que ela foi inaugurada, então foi perguntado quais foram os maiores desafios para fazer a escola funcionar. “*O maior desafio é a falta de funcionários efetivos: sala de aula na modalidade creche, higiene e alimentação*”.

Mais uma vez a falta de funcionários efetivos é apontado como uma dificuldade desde que o CMEI começou a funcionar em 2015. Esse fato realmente é de grande preocupação para a gestão uma vez que funcionários contratados, fazem com que ocorra uma rotatividade no quadro de funcionários muito grande e acaba prejudicando o desenvolvimento das atividades no cotidiano, principalmente nas salas que atendem a creche pois quando as crianças estão se adaptando e desenvolvendo de acordo com o ritmo de trabalho de um professor, há a troca e o processo recomeça.

Em relação ao início da escola, comparando com 2018, vem ocorrendo crescimento pela procura de vagas. Neste sentido foi perguntado como na opinião da gestora essa questão pode ser sanada. *“Sim, a procura de vagas é sempre grande, infelizmente não tenho como sanar essa questão, porém minha sugestão é a construção de mais CMEI’s para atender a necessidade da população goianesiense”*.

Esta questão também retoma a necessidade de investimentos na educação infantil, pois como afirmam Corrêa e Filho (2001, p. 63) o número de famílias que buscam atendimento na creche é crescente e o “movimento de expansão da oferta pública é de cima para baixo, ou seja, aumenta cada ano para crianças de 4 a 6 anos e reserva-se o aumento da oferta para as crianças de 0 a 3 anos, para quando houver recursos”.

Ou seja, os grandes problemas da educação infantil, da falta de vagas e de espaços adequados se resumem na falta de investimentos por parte dos governos nesta etapa da educação, principalmente a modalidade creche. O que fica de certa forma incoerente, aumentar vagas para as crianças de 4 a 6 anos a cada ano e não aumentar para a faixa etária anterior, sendo que diante do quadro de procura de vagas deveriam crescer na mesma proporção.

Ainda sobre a questão de vagas foi perguntado qual o real déficit de vagas no CMEI Lucilêia Costa, na modalidade creche. *“No ano de 2019 já estamos com um cadastro de reserva de quase 70 inscritos até a presente data, considerando que esse cadastro iniciou em 15 de fevereiro de 2019”*.

Essa resposta mostra com clareza o tamanho da procura por vagas na modalidade creche no CMEI, analisando que o cadastro começou a pouco mais de um mês e já há esse número de inscritos.

Logo após foi perguntado sobre como é feito o atendimento do município em relação ao fornecimento de equipamentos, contratação de servidores e também acompanhamento

pedagógico. A gestora de forma simples apenas afirma que o atendimento do município “*é de acordo com as necessidades que o país está enfrentando*”.

O que justifica todas as falhas no sistema educacional voltado para a educação infantil, desde o fornecimento de vagas, funcionários com qualificação e manutenção das instituições.

Por fim foi perguntado o que ela enquanto gestora considera mais positivo no CMEI.

“- *o trabalho em equipe;*

- *parceria da família;*

- *comprometimento da comunidade escolar;*

- *gestão participativa democrática*”.

Aqui pode se perceber a conexão existente entre a gestão do CMEI e a opinião dos pais, é uma gestão que valoriza o trabalho em equipe e a parceria da família, o que gera conseqüentemente o comprometimento da comunidade escolar, o que na verdade é resultado de uma gestão participativa e democrática.

Outro fator muito importante que foi possível observar foi a formação dos profissionais que atuam na modalidade creche. Todas as efetivas que são as AEI, possuem graduação ou estão cursando Pedagogia. O que demonstra que estão atendendo a proposta da LDB, que de acordo com Reis (2016, p. 15) determina que a “formação mínima para o professor de Educação Infantil seja a de nível médio, na modalidade normal, embora a mais desejável seja a de formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”.

O que ainda fica a desejar é quanto as auxiliares de sala que de acordo com a TABELA 2 a maioria ainda estão cursando o Ensino Médio, o que demonstra que ainda são muito jovens e estão atuando em uma área que requer conhecimento e cuidados pois atua com crianças muito pequenas. Como afirma Oliveira (2008) é na educação infantil, na modalidade creche, que a maioria das crianças terá contato com a educação formal que irá complementar a educação recebida pela família, dessa forma requer profissionais competentes que possuam habilidades necessárias para trabalhar com as especificidades da faixa etária, não só em termos de docência, mas também de cuidados.

4.3 Resultados da pesquisa com a Secretária da Educação

A realização da pesquisa com a secretária da educação do município de Goianésia, objetiva verificar como a secretaria da educação trabalha em relação a educação infantil, especificamente as creches, já que essa modalidade faz parte da educação.

A primeira pergunta foi se na Secretaria Municipal de Educação existe um setor ou equipe específica e/ou pessoa responsável pela educação infantil. De acordo com a secretária *“sim, dentro do núcleo pedagógico existe uma coordenadora responsável pela Educação Infantil”*. Ou seja, há apenas uma pessoa dentro da Secretaria Municipal de Educação que é responsável por esse segmento da educação.

Na sequência foi perguntado se no município existem orientações para a educação infantil, se a resposta for afirmativa, segue a pergunta se elas estão formalizadas em documentos. A resposta foi: *“Sim existe. A cada bimestre nos trabalhos coletivos é feita uma programação e formação para os professores e assistentes educacionais. São formalizados em atas”*.

O que demonstra que a Secretaria realmente se preocupa com a qualidade do trabalho realizado prestado em toda a rede inclusive com o da creche, dando essa oportunidade de haver a cada bimestre um momento de formação.

Depois perguntou se qual a quantidade de creches e CMEI's existentes em Goianésia, se existe um número máximo de crianças por sala e qual é o número de profissionais existentes por sala e a formação das mesmas. De acordo com a secretária são *“9 creches, 2 CMEI's e 1 creche filantrópica. Sim, tentamos atender a resolução do CEE e CME que estabelece uma quantidade de crianças por sala. São 2 profissionais por sala, 1 assistente de educação infantil e 1 monitor”*.

Observa-se que a resposta obtida não especifica a quantidade exata de alunos que é permitido por sala na modalidade creche, nem a formação exigida para os profissionais atuantes nessa área. Porém, conforme observou no cotidiano do CMEI percebe se salas com muitas crianças e como mostra as TABELAS 1 e 2 a formação dos assistentes de sala estão de acordo com o que a LDB propõe, porém das auxiliares ainda não corresponde com a especificação que deveria todas terem concluído o Ensino Médio. Mas com essa resposta da secretaria, confirma o que foi apontado pela gestora do CMEI quanto ao número de profissionais em sala.

Em seguida perguntou se o município de Goianésia possui creche ou CMEI em algum distrito, se tiver, como é feito o acompanhamento pedagógico. A resposta foi que *“Sim. Possui uma creche no povoado de Juscelândia. O acompanhamento pedagógico é feito pela coordenadora pedagógica da SME”*.

O que evidencia que para um acompanhamento pedagógico é preciso que se desloque de Goianésia, até o povoado para atender as necessidades daquela unidade.

Na sequência foi perguntado como é feito o processo de matrículas nas creches e CMEI's. De acordo com a secretária *“as famílias procuram as creches e damos prioridade às mães que trabalham e as crianças em situações de vulnerabilidade”*.

Essa resposta também confirma a pesquisa realizada com os pais, conforme a TABELA 5, que 85% dos participantes da pesquisa responderam que a mãe trabalha fora, ou seja, realmente esse é um dos fatores utilizados para a matrícula nas creches. O que não corresponde com o artigo 228 da CF que reza que todos tem direito a inserção nessa modalidade de ensino.

Depois foi perguntado em relação ao déficit de vagas, quais as medidas tomadas para sanar essa questão. Segundo a secretária foi feita *“adequação de salas nos espaços das creches e transformação da Escola Imorvides Naves em tempo integral para o atendimento à Educação Infantil”*.

Observa-se que apenas foi feito adaptações para tentar resolver o problema. Que de acordo com a gestora do CMEI é uma procura muito grande por vagas e estas são poucas.

Ainda sobre o déficit de vagas foi perguntado qual é o real déficit de vagas nas creches e CMEI's. de acordo com a secretária *“infelizmente temos um déficit grande, cerca de 300 crianças”*.

O que demonstra que as medidas tomadas não foram suficientes para atender a demanda e que novas soluções devem ser planejadas porque com a participação da mulher no mercado de trabalho cada vez maior a tendência é de continuar havendo uma grande procura por vagas nesses estabelecimentos.

Para finalizar foi perguntado como é feito o atendimento em relação ao fornecimento de equipamentos, contratação de servidores e também, acompanhamento pedagógico. A resposta obtida foi *“os equipamentos são feitos de acordo com as necessidades das creches e CMEI's e a contratação de servidores por meio de concursos. O acompanhamento pedagógico é feito pelas gestoras e equipe da Secretaria Municipal de Educação”*.

Essa resposta não corresponde completamente com a da gestora do CMEI que acredita que a rotatividade das profissionais da modalidade creche acontece por falta de ter

concurso para efetivar as funcionárias, o que demonstra que faz algum tempo que não é feito concurso público, mas apenas seleções para contratos temporários.

Outro ponto relevante nessa questão também é a posição observada pela pesquisa em relação ao fornecimento de equipamentos, a gestora do CMEI afirma que é atendido de acordo com as condições do município em estar fornecendo estes equipamentos enquanto que a secretária afirma que são fornecidos de acordo com a necessidade. Pode se assim compreender que a creche possui uma necessidade que é repassada para a Secretaria Municipal de Educação e esta por sua vez atende essas necessidades de acordo com as possibilidades permitidas.

Portanto, a Secretaria Municipal da Educação que é o órgão responsável pelo funcionamento das creches, possui consciência do grande déficit de vagas, já tomou algumas medidas para tentar sanar este problema, porém, não foi o suficiente. Há neste órgão uma pessoa responsável por essa modalidade do ensino, que faz o acompanhamento tanto na cidade quanto no distrito de Juscelândia onde possui uma creche. Preocupa-se com a formação dos profissionais e oportuniza a cada bimestre um momento de formação.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Durante a realização do estudo foi possível observar que a instituição creche está inserida na história do Brasil desde o século passado porém, ela possuía um caráter assistencialista para controlar a mortalidade infantil, após a era militar na década de 70 é que os movimentos e lutas sociais, que reivindicavam direitos sociais, fizeram com que a creche passasse a ser vista como algo essencial diante a nova realidade econômica e social das famílias e também mudou a concepção sobre a formação infantil e tudo isso teve reflexo na compreensão de educação e criança. Assim, a CF de 1988 definiu que a creche é para todas as crianças e que os municípios são os responsáveis pela sua oferta a sociedade, e a creche passa a ter as funções de cuidar e educar como prevê o documento da LDB de 1996.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo analisar a importância da creche para a família e para o município, e as razões da crescente necessidade de novas vagas para atender a atual demanda: do cuidar e educar de forma integrada, deixando de ser apenas uma instituição responsável por ações de cuidados básicos de higiene, alimentação e segurança,

passando então a assumir uma função no processo de desenvolvimento e aprendizado da criança.

Com a pesquisa de campo, realizando entrevista com os pais foi possível concluir que este objetivo foi alcançado, pois diante das respostas pode se dizer que as famílias encontram bastante satisfeitas com o atendimento oferecido nesse espaço, destacando que seus filhos são bem recebidos e cuidados, desenvolvem atividades pedagógicas e muitos pais já compreende a real função da creche que é educar complementando o papel da família e ao mesmo tempo cuidando e reconhece o trabalho desenvolvido pela instituição.

Foi possível observar ainda que o CMEI tem atendido pessoas das mais variadas classes social, o que demonstra que a creche realmente é para todas as crianças, porém a quantidade de vagas disponibilizadas no município é pequena para a demanda. Ou seja, há a necessidade de construir mais CMEI's.

A instituição pesquisada possui o modelo de gestão democrática e envolve bastante a comunidade escolar em suas atividades, reconhece a relevância do papel de cada um dentro da instituição. Portanto, diante as respostas dos pais é possível constatar que a creche é de suma importância para a comunidade, pois é o espaço onde a criança desenvolve integralmente, além de estar segura e bem cuidada.

O trabalho buscou responder aos questionamentos: por que existe a grande rotatividade de profissionais na creche? E: Qual a relevância dada à Educação Infantil, modalidade creche, pelo Governo Municipal? Por fim: Qual a avaliação acerca da relevância dos serviços prestados pela creche/CMEI para a população assistida em Goianésia – Go?

Com o resultado da entrevista realizada com a gestora é possível afirmar que a rotatividade de profissionais acontece devido a defasagem no quadro de funcionários efetivos. Isso em decorrência de um longo período sem realizar concurso público. Portanto, a solução para tal problema seria a realização de concurso para atender essas vagas ociosas.

Quanto à relevância da creche para o governo municipal, fica difícil mensurar, pois o mesmo depende de verbas da União e diante a atual situação financeira do país os recursos tem sido poucos. Isso se deve como afirmaram autores estudados, a falta de investimentos na educação infantil, sendo ela atendida somente quando sobram recursos do atendimento do ensino fundamental, pois este é a prioridade do governo.

Ou seja, ambos os problemas necessitam de investimentos na educação infantil para serem resolvidos, faltam políticas públicas voltadas para essa etapa da educação, com isso a sociedade vive esse dilema de ter um direito, mas o mesmo não tem como ser cumprido.

Em relação à relevância para a população, percebe-se que esta instituição é essencial para a sociedade, pois mesmo quem tem condições para pagar uma babá, opta por matricular os filhos na creche devido às concepções que já foram apresentadas acima.

O desenvolvimento do presente estudo teve algumas limitações quanto às entrevistas, mas diante do estudado é possível ter uma boa noção de como se encontra a realidade da creche, porém este trabalho aponta como solução maiores investimentos na educação infantil, mas para uma melhor compreensão das causas dessa falta de investimento, teria que desenvolver outras pesquisas voltadas para essa finalidade. Além de oferecer ao CMEI a avaliação da instituição que pode ser analisado e propor melhorias para ampliar ainda mais a satisfação da comunidade atendida.

Conclui-se que a qualidade do atendimento ofertado pela CMEI, modalidade creche na cidade de Goianésia-GO, tem sido muito bom, apesar de apresentar problemas. Não há dúvida do quanto a creche é importante para a sociedade, pois ao deixar os filhos naquele ambiente leva a certeza que eles estarão bem cuidados e sendo estimulados para um desenvolvimento integral, havendo então a necessidade de novos CMEI's para atender a demanda que o município possui, o que falta para a educação infantil, creche, ser melhor são investimentos por parte do governo, pois a instituição contam com profissionais comprometidos com o desenvolvimento e o cuidado das crianças.

REFERÊNCIA

ABREU, Mariza. Educação no Brasil: Legislação, matrículas, financiamentos e desafios. Consultoria Legislativa. Estudo. Agos. 2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/2004_10128.pdf>. Acesso em: 20/01/19.

AGUIAR, Beatriz Carmo Lima de. A instituição creche: apontamentos sobre sua história e papel. **Nuances**, vol. VII, set. de 2001, p. 30 a 35. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/133/181>>. Acesso em: 15/11/18.

ASSUNÇÃO, Maristela Lopes Vicente da. Creche: Assistencialização ou educação? Um estudo de caso em Pires do Rio – GO. **Revista Poiésis**, vol. 1, n. 1, jan./dez. 2003, p. 63-75.

Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/viewFile/10509/6983>>. Acesso em 15/11/18.

BARBOSA, Ivone Garcia; ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Gestão democrática na Educação Infantil e participação da família**: possibilidades e limites, 2009. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/138.pdf>. Acesso em: 12/11/18.

CORRÊA, Maria Elena Girade; FILHO, Laurista Corrêa. Educação a partir do nascimento... ou antes? A importância do período intra-uterino e dos primeiros meses de vida: questões de transdisciplinaridade e multiprofissionalidade. In: EM ABERTO. Educação infantil: a creche, um bom começo. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 1-161, jul. 2001, p. 54-69. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/inicial/articulos/bom_comeco.pdf>. Acesso em: 15/11/18.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio...para onde vai... In: EM ABERTO. Educação infantil: a creche, um bom começo. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 1-161, jul. 2001, p. 1 a 26. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/inicial/articulos/bom_comeco.pdf>. Acesso em: 15/11/18.

DUARTE, Luzia Franco. Desafios e legislações na Educação Infantil. UNIOESTE – IXANPEDSUL – **Seminário de pesquisa em educação da região Sul**, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>>. Acesso em: 12/11/18.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HASCKEL, Selita. Gestão democrática na Educação Infantil: a eleição para diretor de creche. **Dissertação de mestrado**. Programa de mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, jul. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103061/222711.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21/01/19.

JÓIA, Adelaide. Creche: Entre o cuidar e o educar – avanços e desafios. **XI Encontro de pesquisadores do programa de Pós-graduação em Educação: Currículo**. PUC: São Paulo, 29 e 30 de out. de 2013. Disponível em: <https://www.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_anteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/oral/adelaide_joia.pdf>. Acesso em: 24/01/19.

MAMEDE, Márcia Mendes. Caminhando para a construção de uma pedagogia interativa na creche. In: EM ABERTO. Educação infantil: a creche, um bom começo. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 1-161, jul. 2001, p. 41-53. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/inicial/articulos/bom_comeco.pdf>. Acesso em: 15/11/18.

MIGUEL, Ana Silvia Bergantini; OLIVEIRA, Débora Regina de. A nova concepção de creche pós-LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9394/96). **Revista Fabile on-line**. Bebedouro-SP, ano V, v. 5, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/21/21112012211307.pdf>>. Acesso em: 23/01/19.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. Processo histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou assistência? EDUCERE – XII, **Congresso Nacional da educação. PUCPR**, 26 a 29/10/2015. Disponível em:
<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf>. Acesso em: 13/11/18.

OLIVEIRA, Stela Maris Lagos. Crenças e valores dos profissionais de creche e a importância da formação continuada na construção de um novo papel junto à criança de 0 a 3 anos. In: EM ABERTO. Educação infantil: a creche, um bom começo. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 1-161, jul. 2001, p. 89-97. Disponível em:
<http://www.oei.es/historico/inicial/articulos/bom_comeco.pdf>. Acesso em: 15/11/18.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; ANDRADE, LucimaryBernabé Pedrosa de; ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. A política de atendimento à infância no Brasil e a atuação dos assistentes sociais nas creches. **Educação em revista**. Marília, vol. 9, n. 2, Jul./dez., 2008, p. 1-20. Disponível e:
<www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewfile/631/514>. Acesso em: 14/11/18.

OLIVEIRA, Maria Izete de. Educação Infantil: Legislação e prática pedagógica. **Psicologia da Educação**. São Paulo, 27, 2º sem. 2008, p. 53-70. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n27/v27a04.pdf>>. Acesso em: 22/01/19.

REIS, Rachel Pepe. Formando profissionais de creche através das relações: a importância da escuta. **Monografia**. Departamento de educação e programa de pós-graduação. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. out. 2016. Disponível em:
<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32807/32807.PDF>>. Acesso em: 20/01/19.

SALDANHA, Helena Castro. A atuação profissional de educadores de creche e a compulsão à repetição: Limitações do inconsciente. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157140/001015533.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21/01/19.

SILVA, Isabel de Oliveira e. A creche e suas profissionais: Processos de construção de identidades. In: EM ABERTO. Educação infantil: a creche, um bom começo. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 1-161, jul. 2001, p. 112-121. Disponível em:
<http://www.oei.es/historico/inicial/articulos/bom_comeco.pdf>. Acesso em: 15/11/18.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes da.; FRANCISCHINI, Rosângela. **O surgimento da Educação Infantil na História das políticas públicas para as crianças no Brasil**, 2011, p. 257-276. Disponível em:
<<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/746/718>>. Acesso em: 16/11/18.

VASCONCELLOS, Vera Maria R. de. Formação dos profissionais de educação infantil: reflexões sobre uma experiência. In: EM ABERTO. Educação infantil: a creche, um bom começo. **Em aberto**, Brasília, v. 18, n. 73, p. 1-161, jul. 2001, p. 98-111. Disponível em:
<http://www.oei.es/historico/inicial/articulos/bom_comeco.pdf>. Acesso em: 15/11/18.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

APÊNDICES

ApêndiceA –Roteiro de Entrevista com os pais

Prezado pai ou responsável,

Pedimos a colaboração de vocês para responderem esta pesquisa; a mesma tem por objetivo obter dados para um trabalho de pós-graduação e a sua opinião ou sugestão é muito importante, pois o resultado poderá ser utilizado pelo CMEI para a busca de melhores resultados.

Quantos filhos matriculados no CMEI?

Qual idade de cada um deles?

Que turma eles frequentam?

I. Qual a renda mensal da família:

- Um salário mínimo.
 De um a dois salários mínimos.
 De dois a três salários mínimos.
 Mais de três salários mínimos.

II. Em sua casa, quem trabalha fora:

- Apenas o Pai trabalha fora.
 Apenas a Mãe trabalha fora
 O Pai e a Mãe trabalham fora.

III. Como é a residência da família:

- Residência própria
 Residência cedida.
 Residência alugada / Qual o valor do aluguel? _____

IV. Quantas pessoas vivem em sua residência?

- Pai
 Mãe
 Filhos . Quantos? _____
 Outros . Quem? _____

V. A família recebe Bolsa Família ou outro benefício público?

- Sim;
 Não;

VI. Qual o motivo porque colocou o seu filho na creche?

- Para que seus filhos sejam bem cuidados;
 Porque os pais trabalham fora e não tem alguém para cuidar;
 Porque se preocupam com o cuidar e o educar de seus filhos;

VII. Qual a sua participação nas atividades desenvolvidas no CMEI:

- Participa de reuniões de pais/mães.
 Participa de atividades comemorativas.
 Comparece ao CMEI apenas quando solicitado.

Diretora do CMEI Lucélia Costa,

Pedimos a sua colaboração para responder esta pesquisa; a mesma tem por objetivo uma pesquisa para um trabalho de pós-graduação e a sua opinião ou sugestão é muito importante, pois o resultado poderá ser utilizado pelo CMEI para a busca de melhores resultados.

Eleita em:

I. Há quanto tempo atua na área da Educação?

II. Qual a sua formação?

III. Quais são as maiores dificuldades encontradas frente à Direção?

IV. Qual a participação dos pais e da comunidade?

V. Qual o foco principal de sua função?

VI. Quantas eleições escolar você já disputou? Quais foram seus maiores desafios para fazer a escola funcionar?

VII. Em relação ao início da escola, comparando com 2018, vem ocorrendo crescimento pela procura para matrículas de crianças; como sanar essas questões?

VIII. Qual é o real déficit de vagas no CMEI Luciléia Costa?

IX. Como é feito o atendimento do município em relação ao fornecimento de equipamentos, contratação de servidores e também, acompanhamento pedagógico:

X. O que você considera mais positivo no CMEI?

ANEXOS

Anexo A –Fotos das atividades desenvolvidas no CMEI







1. IDENTIFICAÇÃO:

Autor: LÚCIA HELENA DA COSTA RODRIGUES			
RG: 1.285.525	CPF: 289.189.671-87	E-mail: luciahelenacosta.goianesia@gmail.com	
Telefone:	Celular: (62) 98429-5770	Data de apresentação: 27/04/2019	
Título: RELEVÂNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO ASSISTIDA PELA CRECHE EM GOIANÉSIA-GO: CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Lucilécia Costa			
Palavras-chave: 1. Educação Infantil. 2. Criança. 3. Comunidade.			
Curso: Curso de Especialização (<i>Lato Sensu</i>) em Gestão Pública Municipal		Departamento: Departamento de Administração	
Tipo: <input type="checkbox"/> Graduação - Licenciatura <input type="checkbox"/> Graduação - Bacharelado <input type="checkbox"/> Graduação - Dupla Habilitação <input checked="" type="checkbox"/> Especialização		Orientador: Professora Msc. Sorniza Correa Marques	

2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberação para publicação: <input checked="" type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
<p>Observações:</p> <p>¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital da monografia completa, mesmo em se tratando de publicação parcial.</p> <p>² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo orientador do trabalho, que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização.</p> <p>³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE.</p> <p>⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.</p>

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

LICENÇA DE DIREITO AUTORAL

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.

Goianésia,
Local06/05/2019
Data

Lucia Helena da Costa Rodrigues
Assinatura do Autora